



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

THAÍS VAZ SAMPAIO DE ALMEIDA

DORADES DE LA CHINE:
UMA INTERVENÇÃO CONSERVATIVA

Cachoeira

2014

THAIS VAZ SAMPAIO DE ALMEIDA

**DORADES DE LA CHINE:
UMA INTERVENÇÃO CONSERVATIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof^a Msc. Rita de Cássia Silva Dória

Cachoeira

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Thais Vaz Sampaio.

DORADES DE LA CHINE: uma intervenção conservativa / Thais Vaz Sampaio de Almeida. _ . Cachoeira-BA, 2014.XXf.; il.

Orientadora: Rita de Cássia Silva Dória

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidade e Letras.

1. Conservação Preventiva. 2. Histoire Naturelle des Dorades de la Chine. 3. MEASB I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidade e Letras. II.Título.

xxxxxxx

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, à minha grande mãe, que mesmo entre sufocos e alegrias permaneceu e permanece ao meu lado, indicando-me o melhor caminho a seguir e suscitando-me paciência e determinação para encarar os obstáculos. Tudo que sou e o que serei, devo a ela, minha mestra de vida...

AGRADECIMENTOS

À vida, pela oportunidade...

À minha família...

Que me ofereceu forças para seguir em frente, não apenas buscando realização profissional, mas me fazendo capaz de enxergar a mim mesma, identificando por fim, minha capacidade de crescimento.

À minha mãe, sem a qual eu nem poderia estar aqui.

Ao meu irmão Rafael, que compartilhou grande parcela dos momentos que vivemos. Aos conselhos sábios e à maturidade invejável.

Meu avô Clóvis, que é meu grande pai e guia e minha avó Zeny, que mais do que se supõe, é minha segunda mãe. Ambos ensinaram-me as premissas básicas que regem a vida de um indivíduo, mantendo-me consciente de minhas ações enquanto pessoa.

Meu tio Có, que desempenhou a função de confidente e aconselhador, estando sempre presente nos momentos de dificuldade e dúvidas. Toda essa benfeitoria, jamais poderá ser recompensada...

Aos tios e primos que puderam participar da minha vida, contribuindo para minha formação pessoal, acolhendo-me e alegrando-me nos momentos de crise.

À minha grande amiga-irmã, Milena, que partilhou todos os meus momentos nesse último ano, oferecendo sempre suas palavras reconfortantes e sugerindo a companhia duradoura, senão permanente.

Ao meu companheiro, Joabe, que com suas atitudes doces conquistou minha confiança e tornou-se uma pessoa merecedora de meu amor.

À minha amiga-orientadora Rita de Cássia Dória que dotada de uma visão mais além, apoiou-me no decorrer do processo de confecção deste trabalho, colaborando para sua conclusão.

EPÍGRAFE

“Visto serem as coisas da natureza sempre presentes, é improvável que sejam ignoradas ou esquecidas; e, desde que elas existem para sempre, não necessitam da recordação humana para sua existência futura.”

Hannah Arendt

RESUMO

O presente trabalho realiza um estudo e ações básicas de Conservação Preventiva na obra *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*, de autoria de Edme Louis Billardon de Sauvigny e François Nicolai Martinet, publicado no final do século XVIII e pertencente ao MEASB. Realiza uma criteriosa revisão bibliográfica na área de conservação de acervos com suporte em papel e a aplicação dos conhecimentos adquiridos a fim de obter soluções mais viáveis para preservação e permanência da obra. Promove uma breve discussão acerca do conceito de memorial e suas funções, ao passo que, também realiza pesquisa histórica acerca do MEASB, do surgimento do papel e do período em que foi publicado o livro. Permitiu concluir que o livro carece de restauração imediata e acondicionamento sob condições climáticas que não ameacem sua integridade.

Palavras-chave: Conservação Preventiva, *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*, MEASB, papel.

LISTA DE ABREVIATURAS

ICOM – International Council of Museums

SAIN – Sociedade Auxiliadora do Império Nacional

SACIPBA – Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia

IIBA – Imperial Instituto Bahiano de Agricultura

ESA – Escola Superior de Agricultura

IEAB – Imperial Escola Agrícola da Bahia

EAB – Escola Agrícola da Bahia

IBA – Instituto Bahiano de Agricultura

IAB – Instituto Agrícola da Bahia

EAB-EMTP – Escola Agrícola da Bahia ou Escola Média ou Técnico Prática de Agricultura

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

EAMVB – Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

EAGRUFBA – Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

UFCA – Universidade Federal de Cruz das Almas

DIMUS – Diretoria de Museus

ICCROM – International Centre for the Study, Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores

CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – Cupim de madeira seca e cupim subterrâneo | 46 |
| FIGURA 2 – Broca | 46 |
| FIGURA 3 – Esquema de partes do livro..... | 56 |
| FIGURA 4 – Fundo da capa da obra | 57 |
| FIGURA 5 – Frente da capa da obra..... | 57 |
| FIGURA 6 – Lombada da obra | 57 |
| FIGURA 7 – Página degradada por ataque de insetos xilófagos I | 58 |
| FIGURA 8 – Página degradada por ataque de insetos xilófagos II | 58 |
| FIGURA 9 – Páginas com a presença de manchas amareladas | 59 |
| FIGURA 10 – Gravura detalhada produzida por meio de prensa de tipos móveis I | 60 |
| FIGURA 11 – Gravura detalhada produzida por meio de prensa de tipos móveis II | 60 |
| FIGURA 12 – Página com vincos devido à impressão sob pressão no verso..... | 61 |
| FIGURA 13 – Reparo da obra com recorte de papel colado | 62 |
| FIGURA 14 – Reparo da obra com fita adesiva | 62 |
| FIGURA 15 – Higienização da gravura | 63 |
| FIGURA 16 – Higienização da página impressa | 63 |
| FIGURA 17 – Remoção de fita adesiva..... | 64 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. OBJETIVOS | 12 |
| 2.1 - Geral | 12 |
| 2.2 - Específicos..... | 12 |
| 3. MEMORIAL | 13 |
| 3.1 Conceito | 13 |
| 3.2 O MEASB | 16 |
| 4. A CONSERVAÇÃO | 31 |
| 4.1 Origem | 31 |
| 4.2 A Conservação Preventiva | 34 |
| 4.3 Conservação de acervos de suporte em papel | 36 |
| 5. HISTOIRE NATURELLE DES DORADES DE LA CHINE | 49 |
| 5.1 O livro | 49 |
| 6. MATERIAIS E MÉTODOS | 56 |
| 6.1 Constituição do livro | 56 |
| 6.2 Higienização..... | 62 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 65 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 67 |
| ANEXOS | 73 |

1. INTRODUÇÃO

O ensino agrônômico na Bahia teve início em meados do século XIX, com a fundação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) por D. Pedro II. Após seu estabelecimento, este instituto pleiteou a criação de uma escola de ensino superior de agricultura, que viria a denominar-se Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), reunindo infraestrutura e conhecimentos necessários para a formação de agrônomos e médicos veterinários. Após diversas modificações, a IEAB transforma-se na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que por sua vez, regulamenta o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, MEASB, para guarda dos acervos seculares herdados da antiga escola que a originou.

O presente trabalho, de caráter monográfico, estudará, do âmbito da conservação, uma peça específica do acervo do MEASB, de grande importância, pertencente à coleção “Livros Raros” dessa instituição, *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*. Impresso em finais do século XVIII, este livro trata do registro e ilustração das espécies de dourados domesticadas na China e trazidas à Europa em meados do século XVII.

Esse estudo faz-se necessário devido às más condições a que o acervo remanescente da IEAB foi submetido, no decorrer de suas transferências de sede, mais especificamente quando da instalação da Escola Agrônômica da Bahia, na cidade de Cruz das Almas. A administração da então EAB – vinculada a UFBA – foi responsável pela perda de grande parcela desse acervo, já que não instituiu setores que fossem responsáveis pela sua gestão, culminando assim em furtos e apropriações indevidas além do acúmulo impróprio de parte da coleção documental, bibliográfica e fotográfica em salas insalubres e nocivas a um material altamente sensível e já fragilizado. Buscamos assim contribuir com a preservação dessa importante obra que traz consigo parte da história da UFRB, ao passo que se pretende promover a divulgação do MEASB enquanto espaço museológico.

Dessa forma, esse trabalho foi organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro uma introdução acerca do conceito de memorial; o segundo tratará da conservação enquanto ciência e suas prerrogativas; o terceiro buscará tecer informações intrínsecas ao livro *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine* e o quarto e último, abrangerá as ações realizadas no mesmo.

O primeiro capítulo, inicialmente será responsável por levantar uma discussão acerca do conceito de memorial, questionando sua relação com o museu propriamente dito elucidando dúvidas acerca de sua função. Posteriormente estudaremos o MEASB, buscando discorrer sobre sua história, que remonta a IEAB, em São Francisco do Conde.

No segundo capítulo, estudaremos o surgimento da Ciência da Conservação, por meio da restauração, apresentando conceitos básicos da área. Ainda neste capítulo, iremos focalizar nossos esforços nos acervos de suporte em papel, suas limitações, agentes de degradação e medidas para sua melhor preservação, visando oferecer subsídios para a posterior intervenção na obra.

O terceiro capítulo tratará basicamente do estudo intrínseco aos Dorades de la Chine, abordando temáticas como breve biografia do autor e do ilustrador e outras informações relevantes.

No capítulo final, apresentaremos a composição do livro e suas condições gerais de conservação, como presença de patologias e avarias físicas. Posteriormente serão descritas as ações conservativas sob as quais ele foi submetido, frisando a importância da higienização para a conservação de acervos bibliográficos em uma instituição. Enfim, considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Reestruturar a obra “Histoire Naturelle des Dorades de la Chine” seguindo os parâmetros da Conservação Preventiva para que este possa ser utilizado como objeto de estudo para pesquisas futuras.

2.2 Específicos

- Discutir o conceito de memorial;
- Conhecer a história do MEASB enquanto instituição museológica;
- Promover a divulgação do MEASB como espaço museológico;
- Tecer um levantamento bibliográfico sobre Conservação, suas funções e aplicações em suporte em papel;
- Realizar uma pesquisa histórica acerca da obra estudada;
- Efetuar ações de conservação na obra, higienização, designando condições favoráveis para sua preservação.

3. MEMORIAL

3.1 Conceito

É clara a ambiguidade que permeia o termo “memorial” e “museu”, enquanto instituição de guarda e gestão de acervo. Entretanto, Jorge Barcellos diz que, “para o senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa” (BARCELLOS, 1999). Infelizmente a falta de conceituação precisa de memorial o coloca em situação de completa paridade diante do conceito já previamente estabelecido de Museu perante a Lei Nº 11.904, de 2009:

“Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2009).

Há, no entanto, um diferencial entre Memorial e Museu, embora o primeiro seja entendido enquanto Instituição Museológica – de acordo com a definição de Museu aprovada pela 20ª Assembléia Geral do ICOM, ocorrida em Barcelona, na Espanha em 06 de julho de 2001. Toda essa incerteza no tocante à acepção de Memorial, frutifica-se de forma prejudicial à relação entre definição de instituição e funções que esta desempenha, traduzindo uma desarmonia que afeta principalmente nosso conhecimento acerca do que é de fato memorial e seu objetivo junto à sociedade. Tal diferenciação poderá ser compreendida veemente quando avaliamos as raízes do termo memorial, o que colaborará para uma melhor compreensão acerca do funcionamento dessa instituição.

A palavra memorial provém do termo “Memória”, e faz jus ao significado dessa última, que segundo o dicionário Aurélio, significa “1.Faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos. 2.Lembrança, reminiscência” (FERREIRA, 2004).

A memória

Embora todos acreditem saber o que de fato se entende por memória, é possível dizer que entender sua essência não é tão simples assim. Trata-se de uma definição complexa que pode ser explicada de formas diversas, sobretudo quando se modifica a área do conhecimento onde esta será analisada. Segundo Alejandra Saladino, por memória interiorizamos o:

“Processo de associações mentais que se origina de um sistema de relações entre a nossa percepção e imagens, fatos, fenômenos e/ou experiências vividos. Este processo é fortemente vinculado ao presente (o indivíduo percebe o passado a partir do presente); permanentemente e contínuo; e inconsciente, ainda que nem sempre involuntário. É o processo de memória que identifica o homem como gerador de cultura, e que oferece os parâmetros utilizados pela espécie humana no seu caminho civilizatório. (SALADINO, 2006 apud SANTOS, 2010 p. 26).

O conceito aqui discutido se encerra quando compreendemos a memória como lembrança, reminiscência, tanto do ponto de vista individual, quanto coletivo, relacionando-se diretamente com a formação de nossa sociedade como é constituída atualmente. Com base nisso, buscamos a compreensão do porque a memória é tão emergencial nos nossos tempos, a ponto de ser tão avivada nas instituições.

Para Marcos José Pinheiro, (PINHEIRO, 2004) vivíamos num mundo infectado pela ideia do novo, onde o culto à tradição passa a ser sinônimo de retrocesso. A renovação era de cunho evolucionista e o esquecimento possuía caráter natural. Tal fenômeno perdurou até as primeiras décadas do século XX.

“Na contramão do privilégio do novo e no fluxo dos acontecimentos históricos em que pesem a nossa relação com a memória, constata-se a valorização desta ao longo das últimas décadas.” (PINHEIRO, 2004, p. 84).

Ao passo que se deu o desenvolvimento da humanidade, no que diz respeito à industrialização, o homem conscientizou-se de sua condição destrutiva frente à natureza e passou a enxergar-se como possuidor de uma existência breve. Tal constatação lhe causou tanto desconforto ao ponto de buscar soluções para evitar o seu esquecimento diante do futuro, adquirindo a ideia de que necessitava de “bancos de memória maiores” (PINHEIRO, 2004, p. 85). Analisando por esse ponto de vista, compreendemos que o homem, ser pensante, sempre buscou a perpetuação de sua existência ou ainda, “para propiciar ao homem uma vida futura através dos seus descendentes e da sua recordação” (PINHEIRO, 2004, p. 85). As formas de efetuar tal anseio variam de acordo com a condição da sociedade em questão, uma vez que, não estando dotada de uma linguagem escrita envereda-se para a preservação da memória pela transmissão oral, mais livre e criativa.

Diante de tais elucidações, compreende-se a categorização de nossa cultura vigente como “memorialista”, sendo refletida na forma como criamos nossos museus e regemos nossas vidas – observando sempre para a permanência de nossos feitos, por meios das evidências. Assim, podemos traçar um panorama inicial para a conceituação de Memorial, já que este se encontra diretamente ligado à emergência

da memória e a brevidade da vida humana. Sob esta concepção, Guilherme Prado e Rosaura Soligo definem Memorial:

“O memorial (do latim *memoriale*) é a escrita de memórias e significa memento ou escrito que relata acontecimentos memoráveis. O memento – que quer dizer ‘lembra-te’ – de modo geral pode ser compreendido como uma marca que serve para lembrar qualquer coisa. (PRADO e SOLIGO, 2005; p.6 apud SANTOS, 2010, p.26).

Obviamente, a semelhança entre Memorial e Museu reside nas suas condições como instituição de guarda, gestão e exposição de acervos. Entretanto, a diferenciação de ambos torna-se perceptível quando se questiona acerca do tipo da memória que se quer preservar. O Museu abarca interesses gerais, enquanto o Memorial possui como objetivo em primazia, a valorização de alguém ou algo, do ponto de vista institucional. Como defende Jorge Barcellos:

“Etimologicamente, portanto, o conceito de Memorial diferencia-se do conceito de museu. Memorial não é um museu, não é abrigado em sentido strito pelo conceito – no sentido de que é incorreto chamarmos indistintamente Memorial de Museu, ou de que possamos concebê-los funcionando da mesma maneira. É que não se tratam de ‘estabelecimentos administrados no interesse geral’ como o Conselho Internacional de Museus propôs em Paris, em 1957, pois atende aos interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição.” (BARCELLOS, 1999, p. 9).

Por fim, um Memorial, possui caráter de homenagem, prezando para a difusão de uma história em sua essência, algo de inolvidável. Tal categoria de instituição jamais reúne objetos aleatórios, mesmo que estes sejam de interesse geral – como costuma ocorrer em um Museu – mas realiza uma organização precisa do acervo, constituído de “*memorialis*¹” que, exaltarão a temática chave. Alguns Memoriais, no entanto, adquirem caráter de Centros de Cultura, como é o caso do Memorial da América Latina, que conta com grande infraestrutura e funciona obedecendo a um perfil agregativo, onde é Museu, palco para grandes exposições, simpósios e seminários, e espaço editorial. Tal categoria, embora cada vez mais recorrente, distancia-se da categoria de “Memorial”, mas apresenta novos rumos à preservação da memória de forma diversificada e tecnológica, o que possivelmente acabará por ser bem aceita. Decerto, “a ausência de uma delimitação conceitual precisa da noção de Memorial” (BARCELLOS, 1999, p. 1) acabará por aniquilar a originalidade dessa categoria no panorama de instituições museais.

Podemos, a partir dos conhecimentos tratados anteriormente, conceituar Memorial como instituição de guarda, gestão e exposição de acervos que façam alusão à um

¹ Registro que auxilia a memória (BARCELLOS, 1999, p. 7).

acontecimento memorável, um período glorioso, uma instituição ou até mesmo um indivíduo singular. Segundo a DIMUS, em tom de exemplo podemos citar, na capital baiana, o Memorial dos Governantes, pertencente ao Centro de Memória da Bahia; Memorial de Medicina, sediado na antiga FAMEB visa-difundir a memória do ensino da medicina no Brasil e o Memorial do Banco Econômico, anexo ao Museu Eugênio Teixeira Leal. Há ainda os Memoriais de Câmara, tais como o Memorial da Câmara de Vereadores de Guanambi, Memorial da Câmara Municipal de Salvador, Memorial da Câmara Municipal de Valença e o Memorial da Câmara de Cachoeira, onde todos buscam preservar a memória legislativa da cidade. Outros Memoriais podem ser citados ainda na Bahia, como o Memorial da Epopeia do Descobrimento, localizado na cidade de Porto Seguro; o Memorial Padre Vieira, na cidade de Barreiras; o Memorial da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte que versa sobre a história dessa irmandade, localizado em Cachoeira; o Memorial Unzo Tombenci Neto que reúne grande variedade de peças referentes à religião de matriz africana no município de Ilhéus; o Memorial Adonias Filho, com acervo que pertenceu ao escritor, localizado em Itajuípe; o Memorial Cidade Luis Eduardo Magalhães, na cidade de mesmo nome; o Memorial Casa de Maria Bonita, em Paulo Afonso, que reúne peças que pertenceram à ex-cangaceiros; o **Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia**, que por meio de teses, fotografias, equipamentos científicos, livros e mobiliário, remonta a história do ensino agrícola no Brasil e na Bahia, o que estudaremos a seguir, entre outros.

3.2 O Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia - MEASB

Trajetória do ensino agrícola

Após a chegada dos portugueses no Brasil, percebe-se a necessidade, por parte de Portugal, de manter suas colônias da América sob poder, frente a uma tensão mundial que visava à posse desses territórios. A mera exploração de recursos naturais do Novo Mundo não emanava tanto lucro, sendo assim, Portugal necessitava de uma estratégia rentável e que firmasse a ocupação de suas terras além-mar.

“A Coroa Portuguesa possuía um trunfo e não titubeou em usá-lo: dominava desde o século XV a produção de uma especiaria nas ilhas do Atlântico. Extraída de uma planta cultivada desde os primeiros séculos da Idade Média em domínios árabes...” (SOUZA, 2007 p. 18)

Nessa perspectiva, iniciou-se o cultivo da cana-de-açúcar e a produção dessa especiaria nas terras de Santa Cruz, constituindo-se negócio tão lucrativo que Portugal, na segunda metade do século XVI, figuraria no panorama mundial de exportação, permitindo ao Brasil a posição de maior produtor, o que perdurou por cerca de mais três séculos.

A produção açucareira baseava-se na mão de obra de escravos negros e desenvolve-se com mais êxito na região Norte-Nordeste. Também implantada na região Centro-Sul, logo é abandonada por agravantes (SOUZA, 2007 p. 20), como, disponibilidade de terras para plantio apenas em regiões serranas, dificultando o transporte até o porto de Santos e, impossibilidade em conseguir mão de obra escrava africana facilmente, uma vez que as terras mais férteis localizavam-se longe dos locais de comércio do além-mar (HOLANDA, 1995, apud SOUZA, 2007, p. 20).

“O cultivo da cana foi providencial para desbravar o território brasileiro e, a partir do século XVI, criou grandes fortunas... chegando-se a falar numa verdadeira ‘civilização do açúcar’.” (FERLINI, 1984, apud SOUZA, 2007, p. 21).

O Nordeste brasileiro passou então a ter, como produto agrícola de maior importância, o açúcar – seguido pelo fumo – fabricado em grandes propriedades, que por sua vez utilizavam como força motriz a força braçal de trabalhadores de origem africana, escravizados. Embora a produção açucareira tenha tido maior destaque na economia brasileira desde seu início, o Brasil não tornou-se uma grande *plantation*, como era a ideia recorrente. Segundo B. J. Barickman:

“Os historiadores que lançaram seu olhar além dos limites da plantation demonstraram que a agricultura de exportação não dominava todo o Brasil rural e que a maioria das maiores cidades brasileiras possuíam vigorosa vida social e econômica.” (BARICKMAN, 2003, p. 27).

A economia da colônia, do ponto de vista do comércio externo, sofreu ascensões e quedas durante o período de meados do século XVI até o fim do século XIX, oscilando em números e variando sua lucratividade. O século XVII havia sido sinônimo de problemas na cultura açucareira: a invasão holandesa no Brasil tinha desestruturado a economia local, além de provocar o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no Caribe. A produção – cada vez maior – de açúcar nas colônias britânicas e francesas nas Antilhas ameaçava a ma. O grande problema a se enfrentar no momento, era a concorrência (BARICKMAN, 2003, p. 50).

O século XVIII não foi diferente, marcado por uma depressão econômica severa, tanto no Brasil, quanto em Portugal, foi caracterizado por Luis Antônio de Oliveira Mendes² de tempos “calamitosos” (BARICKMAN, 2003, p.50).

Enfim, o final do século XVIII e início do século XIX, trouxeram prosperidade à economia da colônia. A ocorrência de guerras, revoluções e o advento da Revolução

² Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Suplicação, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, etc.. Nasceu na Bahia em 1750, onde também faleceu depois do ano de 1814. (<http://www.arqnet.pt/>)

Industrial provocaram o aumento da procura dos produtos brasileiros e obviamente, o aumento dos seus valores de compra. Tais fatos resultaram no que o autor denomina de “renascimento da agricultura” – no fim do período colonial – o que se constituiu basicamente na diversificação de gêneros agrícolas produzidos no seu território. A cidade do Salvador, na Bahia conservava seu título de principal centro administrativo do Novo Mundo e também já havia sido sede do primeiro governo-geral – título esse, transferido para a cidade de Rio de Janeiro, em 1763 – e abrigava em seus arredores, uma importante região designada Recôncavo, “cuja denominação tradicional remete diretamente ao seu papel de periferia da capital e ao seu formato em torno da Baía de Todos os Santos” (PRODEB, 2002 apud REZENDE, 2004, p. 25)

O início do século XIX foi marcado pela chegada ao Brasil da família imperial, no ano de 1808. A fim de proteger a soberania da Corte Portuguesa diante da invasão das tropas napoleônicas – que se iniciaram um ano antes e trouxeram prejuízos ao transporte entre Brasil e Lisboa, desencadeando uma diminuição da exportação no período (BARICKMAN, 2003, p. 53) - e manter sua colônia sob seus cuidados, o príncipe regente, D. João VI, embarca com sua corte para o Brasil.

A chegada da Família Real tornou-se um marco da história brasileira, uma vez que o Brasil, configurado como “uma colônia nas terras de além-mar de Portugal, passa agora a ser a sede da Corte Portuguesa nas Américas” (SANTOS, 2010). Dessa forma, iniciam-se as ações para incentivo ao desenvolvimento econômico, como o incentivo às manufaturas (GRAÇA FILHO, 2004, p. 103) e a abertura dos portos às nações aliadas favorecendo os agricultores baianos a comercializar diretamente seus produtos com a Europa (BARICKMAN, 2003, p. 53). O Recôncavo baiano já havia se desenvolvido economicamente, vindo a ser caracterizada durante todo o século XIX como a região mais densamente povoada e de maior destaque na economia do Brasil, tendo como base a produção açucareira e de tabaco para exportação. Do século XVI os anos de 1835, as cidades de São Francisco do Conde e Santo Amaro abrigaram os maiores engenhos de beneficiamento da cana-de-açúcar e a maior quantidade de mão de obra escrava do Recôncavo (SCHWARTZ, 1988, p. 358 apud ARAÚJO, 2006, p. 14) o que nos mostra a importância dessa região no panorama econômico da colônia e posteriormente, da província.

“Muitos dos mais antigos e maiores engenhos da Bahia situavam-se em freguesias ao longo da margem norte da baía ou próximas dela, onde o acesso fácil ao transporte por água tornava o envio do açúcar para Salvador menos oneroso do que por terra.” (BARICKMAN, 2003, p.41).

O Brasil buscava a imagem de semelhança da Europa e, para isso, iniciou-se a valorização dos estudiosos brasileiros, que seriam responsáveis por estimular o progresso material, principalmente na agricultura e operar com fins de integração da sociedade brasileira na cultura ocidental. (DIAS, 1968, p. 144 apud ARAÚJO, 2006, p. 15).

Em 1821, com o fim da ameaça de Napoleão nas terras portuguesas, D. João VI volta à Europa a fim de reassumir o trono de Portugal, deixando seu filho, D. Pedro I como Príncipe Regente do Brasil. No ano seguinte, diante da iminência de retorno à condição de colônia, Pedro I se vê forçado - pela população temerosa ao retrocesso – a declarar a independência do Brasil. Segundo B. J Barickman (2003, p. 53). a guerra da Independência, vivenciada quase que exclusivamente pela Bahia, causou uma paralisia no comércio externo, diminuindo a receita de exportação Logo após o advento da independência, foi criada a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – tentando divulgar à sociedade brasileira a necessidade iminente da substituição dos conhecimentos tradicionais, pelos científicos (DOMINGUES, 2001, p. 87-91 apud ARAÚJO, 2006, p. 15). A SAIN ordenou também a publicação da obra de Carlos Augusto Taunay intitulada *Manual do Agricultor Brasileiro* que buscou atingir os grandes fazendeiros e conseguir novas propostas técnicas para a agricultura.

Em 1831, após a morte de seu pai, em 1826, D. Pedro I retorna a Portugal como herdeiro do trono, deixando seu filho Pedro, de apenas cinco anos, com o direito de governar o Brasil. Assim, inicia-se o período de regência, que consistiu em manter o poder da província sob a custódia de regentes, enquanto o príncipe herdeiro do trono completava a maioridade. Marcado pela tensão previamente identificada com a questão da concorrência, o ano em questão vinha assegurar a necessidade de reforma nas lavouras. Para isso Miguel Calmon du Pin e Almeida – conhecido como Marquês de Abrantes – escreveu, em 1834, o *Ensaio Sobre o Fabrico do Açúcar*, onde propunha uma série de novidades técnicas para a produção (MARQUESE, 99, p. 194 apud ARAÚJO, 2006, p 16-17). O Marquês de Abrantes foi um dos principais responsáveis pela criação da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBa). Como declara Nilton Araújo:

“Antes do surgimento da SACIPBa, iniciativas de caráter científico na área da agricultura já haviam sido tentadas na província com, por exemplo, a criação de um jardim botânico em fins do século XVIII e a proposta da criação de uma Escola de Agricultura na Bahia em 1812.” (SNA, 1908; DENIS, 1995 apud ARAÚJO, 2006, p. 18).

D. Pedro II assumiu o trono, em julho de 1840 aos 14 anos de idade, munido de vivacidade e conhecimentos científicos dignos de uma educação de primor. Segundo

Waldir Freitas Oliveira (1999), na década supracitada, poucas eram as indústrias sediadas na Bahia, bem como haviam apenas dois bancos na região – Caixa Econômica da Bahia, fundada em 1834 e o Banco Comercial da Bahia, surgido em 1841.

“Não haviam, contudo, conseguido tais estabelecimentos alterar o hábito, arraigado na sociedade local, de recorrer-se a comerciantes abonados sempre que a necessidade de capitais de tornasse premente. Atuavam eles como agentes financeiros, sustentando as atividades e suprindo as necessidades pessoais dos senhores de engenho, que deles passavam, cada vez mais, a depender, face ao vulto crescente dos seus débitos.” (OLIVEIRA, 1999, p. 16)

A partir desse momento, o Brasil começou a agir com o escopo de proteger o comércio interno. Para isso, em 1844, foi criada a chamada tarifa Alves Branco – idealizada por Manoel Alves Branco, futuro Marquês de Caravelas – que consistia em tarifar todos os produtos que porventura entrassem no país, com taxa que variavam entre 20 e 60% (OLIVEIRA, 1999, p. 17).

“Podemos descrever com muito mais segurança a tendência de longo prazo das receitas do comércio exterior entre 1796 e 1860; ela é claramente ascendente, indicando o crescimento substancial da economia de exportação como um todo. (...) Da mesma maneira, a tendência ascendente entre o final do século XVIII e meados do século XIX se destacaria mais se comparada com o melancólico desempenho da economia de exportação depois de 1860.” (BARICKMAN, 2003, p. 55).

Em 1850, com aprovação da lei Eusébio de Queirós – que proibia o tráfico de escravos africanos para o Brasil – a entrada dessa mão de obra no território brasileiro foi dificultada, desfavorecendo a economia açucareira da província da Bahia – bem como o surto de cólera, em 1855, responsável pela aniquilação de grande parte dessa população africana (SANTOS, 2010, p. 14). Segundo Waldir Freitas de Oliveira (1999, p. 25) o açúcar então experimentava mais um período de crise, visto que havia perdido, gradualmente, o primeiro lugar na economia brasileira de exportação, desde os anos 30 e agora já permanecia atrás do café – produzido nas províncias sulistas. Os preços do produto produzido a partir da cana-de-açúcar estavam em decréscimo devido à concorrência direta com essa especiaria proveniente da ilha de Cuba, onde a expansão industrial já havia alcançado, instalando novos maquinários visando uma maior eficiência, e dos países europeus, que manipulavam o cultivo do açúcar de beterraba.

Diante de um contexto desastroso composto principalmente pelo “(...) deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira – e simultaneamente o deslocamento de grandes contingentes de escravos – para o sudeste (...)” (ARAÚJO, 2006, p. 20) a

sociedade baiana da época procurava integrar-se, uma vez que buscava imitar fielmente os padrões de vida europeus o que contribuiu fortemente para o desenvolvimento de grandes empreendimentos e a tão buscada modernização, exemplificada com a introdução de fábricas de produtos têxteis na Bahia. (OLIVEIRA, 1999, p. 26-28).

Em 1859, consciente da situação da Bahia, da diminuição da oferta de mão-de-obra escrava para trabalhar nas lavouras e da necessidade de modernização da agricultura, D. Pedro parte em visita à província e cria, a partir do Decreto Imperial, nº 2.506-A de 1º de novembro de 1859 (Anexo A, p. 74) o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA). Abaixo um excerto desse documento:

“(…) Desejando assignalar a época de Minha Visita a esta Provincia com uma nova demonstração da constante attenção, que Presto á Agricultura, como a principal fonte de riqueza do Estado; Hei por bem Crear huma Associação com o título de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, a qual se regulará por Estatutos organizados segundo as bases, que com este baixão, assignadas por João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio na Cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, em o primeiro de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio (…).” (BRASIL, 1859, p. 629).

Segundo Arianne Oliveira Santos (2010), a inauguração no novo instituto que prestaria serviços à agricultura baiana ocorreu por meio de uma:

“(…) sessão solene presidida pelo Imperador D. Pedro II, estando presente toda a aristocracia baiana (senhores de engenho, barões, viscondes e comendadores), influentes personalidades da região (comerciantes, comissários de açúcar, antigos traficantes de escravos e doutores) e representantes militares (coronéis e majores).” (SANTOS, 2010, p. 15).

Buscava-se assim, o desenvolvimento tecnológico da lavoura de cana-de-açúcar, além da formação de mão de obra especializada e uma maior dinamização da área de produção desse gênero. Isso resultaria numa produção de qualidade superior àquela em vigor, que seria produzido com inferior custo, proporcionando maior lucro ao produtor, ao passo que estaria perfeitamente apto à competir com a concorrência. (TOURINHO, 1982 apud REZENDE, 2004, p. 36).

“A criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura está inserida num contexto de uma política de recuperação da agricultura em crise, provocada na área de produção por problemas de mão de obra, capitais e atraso tecnológico, e na área de circulação pela retração do mercado internacional e consequente diminuição do preço do açúcar.” (REZENDE, 2004, p. 35).

Segundo Nilton de Almeida Araújo (2006), além da avaliação da agricultura, a fim de sanar problemas de produção “(...) o objetivo fundamental dos imperiais institutos de agricultura foi a implantação do ensino agrícola” (ARAÚJO, 2006, p. 22). O IIBA inicia suas atividades no ano seguinte à sua fundação defendendo a tese de que “(...) a educação profissional é a primeira das condições de existência regular da agricultura e a falta dela é, sem dúvida alguma, umas das causas da nossa decadente lavoura.” (TOURINHO, 1982, p. 127-130 apud REZENDE, 2004, p. 46). Com esse discurso, começa-se a pleitear, junto ao Ministério da Agricultura e ao imperador a implantação de uma Escola Superior de Agricultura (ESA) a fim de se pôr em prática os novos delineamentos para a agricultura baiana.

“Durante os quarenta e cinco anos de existência do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1904), são documentadas inúmeras tentativas dessa instituição em contribuir para a recuperação da economia açucareira, tais como: a criação do Banco Agrícola; nomeação de membros das Comissões Municipais de Agricultura na região açucareira; proposta do sócio Antônio Francisco Lacerda para a adoção do invento do Prof. Silliman, que consiste no aproveitamento do bagaço de cana ainda úmido como combustível; proposta do sócio Miguel de Teive e Argollo para a criação de uma fazenda modelo e para o estabelecimento de cultura de cana empregando 50 ou mais braços europeus ou asiáticos, e conjuntamente, o arado a vapor e sistema de irrigação (...)” (REZENDE, 2004, p. 43).

O período era de revalorização de recursos naturais do Império, para tanto, instituir o estudo desses pelas ciências naturais era mais do que coerente, era necessário. Dessa forma, a diretoria do IIBA nomeou uma comissão para a escolha da localidade onde seria implantada a ESA. (SANTOS, 2010, p. 15). Diante das opções oferecidas, visto que a Bahia mantinha seu *hinterland*, o Recôncavo, ainda como região de maior contraste econômico da província – destacando-se a produção de açúcar e fumo – a escolha foi feita em 1862, favorecendo o Engenho de São Bento das Lages, pertencente à Congregação dos Monges Beneditinos. Tal engenho localizava-se na Villa de São Francisco do Conde:

“As principais justificativas para a escolha foram: 1) os terrenos extensos e variados do engenho; 2) este já possuir edifícios; 3) localizar-se entre Santo Amaro e São Francisco do Conde, os principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo.” (ARAÚJO, 2006, p. 36).

As terras que sediarão a ESA seriam cedidas pelos monges beneditinos mediante arrendamento, no valor de quatro contos de réis por ano, por um prazo de nove anos, que permitia a renovação deste, por igual período – segundo o termo de contrato com o Reverendo D. Abbade Geral da Congregação Beneditina Fr. Thomas de São Leão Calmon. O Mosteiro ainda declara que deseja “(...) concorrer para o progresso e

melhoramento da Agricultura (...) cedendo assim anualmente a quantia de um conto de reis, reduzindo o valor original à três contos de réis. (REZENDE, 2004, p. 46). Em 1863, iniciam-se as obras da nova ESA em terras do Engenho das Lages, tendo seu Decreto de Criação – nº 5.957, de 23 de junho – assinado por D. Pedro II no ano de 1875. Tal empreendimento durou o longo período de cerca de treze anos para concluir-se. Por fim, em 1876, começa a funcionar “provisoriamente” (ARAÚJO, 2001, p. 26 apud Santos, 2010, p. 16).

No ano seguinte, houve a inauguração formal da escola – que segundo Santos (2010, p. 16) seria a primeira escola agrícola do Brasil – aos quinze dias de fevereiro de 1877.

“Como o atraso da técnica e o problema da mão-de-obra são causados, em parte, pela ignorância da maioria dos lavradores, a disseminação de teorias e práticas avançadas os transformaria em produtores mais aptos a dirigirem suas fazendas (...)” (TOURINHO, 1892 apud REZENDE, 2004, p. 46).

O contexto econômico brasileiro nesse período configurava-se complexo. Terminada a Guerra do Paraguai, a economia do Brasil baseava-se na exportação do café pelas províncias do sul, em especial, São Paulo, forçando os cafeicultores cariocas e os produtores baianos de açúcar a cederem o espaço à nova elite do café paulista no mercado externo (LOPES, 1997, p. 155 apud ARAÚJO, 2006, p. 12)

Dirigida pelo médico Artur Cezar Rios, a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB) dá início ao seu funcionamento ainda no ano supracitado, com instalações de grande porte e especializadas para o ensino agrícola³. Diante de um momento de carência de conhecimentos científicos no tocante à agricultura – visto que esta constituía a principal atividade do Brasil enquanto colônia – e em busca de técnicas modernas, a escola é munida do que havia de mais novo em equipamentos e extensa bibliografia sobre o campo a ser ensinado e áreas afins, como revela Rezende:

“O campus era composto de um edifício destinado à moradia e atividades pedagógicas dos alunos; das casas dos professores; de uma área externa destinada aos trabalhos práticos na qual estavam os campos experimentais, o curral a estrebaria e os cercados. O edifício principal, de dois andares, com 190 palmos em quadro, com duzentas e cinquenta e duas janelas e portas e quatro portões, era composto de salões, salas de aula, dormitórios, banheiros, cozinha, uma biblioteca, uma capela e um museu com 3.462 exemplares de anatomia-osteologia, paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, pneumatologia, neurologia, mamíferos, aves, galináceos, pernaltas, peixes, crustáceos, moluscos, museus de física e química. A biblioteca possuía 1.517 obras em 3.813 volumes de ciências, artes e indústrias relacionadas com agricultura. Para os trabalhos nos

³ Vide Anexo B, p. 75.

campos de ensaio, a Escola era provida de instrumentos e máquinas modernas compradas na Europa, em 1871.” (REZENDE, 2004, p. 51).

Segundo Santos, o ensino da IEAB seguiu duas vertentes distintas: a primeira seria voltada à formação superior, funcionando a fim de graduar médicos veterinários em três anos e engenheiros agrônomos no período de quatro anos. Tais titulações só seriam concedidas aos alunos que, ao final do curso, apresentassem uma tese sobre um tema que versasse acerca das ciências naturais.

A outra vertente dedicar-se-ia à instruir aquelas pessoas que já mantinham contato com a agricultura, como lavradores, silvicultores e regentes florestais, ensinando-lhe conhecimentos básicos, como escrita, leitura e aritmética e favorecendo assim a manutenção dos conhecimentos que permeiam o uso da terra. (2010, p. 17).

Apesar de oferecer subsídios necessários a uma boa formação superior – formando 280 engenheiros agrônomos até seu fechamento em 1904 (ARAÚJO, 2006, p. 90) – a IEAB recebia diversas. Essas recaíam sobre críticas acerca de seu método de ensino, mais teórico e menos prático, sua dependência à fundos públicos, localização considerada distante da capital – três horas pelas águas –, difícil acesso além de suas terras serem, em grande parte, acidentadas, o que impossibilitava a cultura de diversos gêneros. (SANTOS, 2010, p. 17). Embora o discurso recorrente dentro o IIBA fosse a necessidade de reforma na produção agrícola – no tocante à modernização e à conscientização dos grandes produtores para uma mudança de mentalidade – havia, mais do que se imaginava, receio dela, pois significaria uma ameaça à ordem previamente estabelecida. Assim, as reuniões do Instituto passam cada vez mais a perder a sua conjuntura de sócios, desembocando, em 1877, no funcionamento apenas das reuniões da diretoria (REZENDE, 2004, p. 55).

“Essa deserção gradual demonstra o caráter conservador do quadro social do Instituto, que não incorporou o próprio discurso progressista. A maioria abandona o movimento modernizador, deixando essa tarefa uns poucos obstinados que se sucedem na diretoria da Instituição.” (REZENDE, 2004, p. 55).

Em 1889, estimulados pela insatisfação com o regime monárquico e entusiasmados com a ideia da instauração da república, militares sob a liderança de Deodoro da Fonseca, destituem D. Pedro II, pondo fim à monarquia e proclamando a República. Contudo, a realidade da IEAB, bem como da IIBA, havia mudado. Criadas com vistas à monarquia, estariam agora sob a tutela do Estado, vindo a denominar-se EAB e IBA respectivamente. A EAB manteve seu caráter de ensino superior, até o ano de 1904.

“A partir de 1890 o dinamismo da escola desaparece e de 1890 até 1894 só abrirá suas portas nos finais de ano para exames ou defesa de alunos matriculados antes de 1890, constituindo assim uma nova configuração, fruto da crise em que estava mergulhada a instituição.” (SANTOS, 2010, p. 18).

O ano de 1899 marcou o fim da história da EAB, uma vez que foi nesse ano que ocorreu o corte da totalidade de fundos destinados à manutenção da escola – escassos desde a proclamação da República. Seguidamente, em 1902, o governo do estado da Bahia encerra o auxílio financeiro que mantinha o funcionamento da EAB, (TOURINHO, 1982, p. 97 apud ARAÚJO, 2006, p. 40).

Dois anos depois, em 1904, pela carência de recursos necessários à sua continuidade, a diretoria da escola opta pelo encerramento de suas atividades. Segundo Joelito Rezende (REZENDE, 2004, p. 64) no ano de fechamento da escola, seus bens são apropriados pelo governo estadual, que o transforma em Instituto Agrícola da Bahia – IAB.

“A mudança refletirá novas expectativas e planos para a instituição. O IAB marcaria o fim do ensino superior, mas seus estatutos previam cursos para fazendeiros, agricultores e criadores, e também para trabalhadores rurais, além de estação agrônoma e posto zootécnico.” (ARAÚJO, 2006, p. 90).

O IAB manteve seu funcionamento sob o caráter de Escola Prática de Agricultura até o ano de 1910, período que coincidiu com a regulamentação – por parte do governo federal – do ensino agrônomo, expresso no Decreto nº 8.319. No ano seguinte, o Estado da Bahia, em crise financeira e na impossibilidade de manter o IAB, entrega-o à federação, passando este a denominar-se Escola Agrícola da Bahia ou Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura. A EAB-EMTP foi regulamentada mediante Decreto nº 8.584, de 1º de março do ano em questão, ficando sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

“A EAB-EMTP foi criada com a finalidade de desenvolver um corpo de agricultores instruídos em todos os ramos da sua profissão. A formação dos seus alunos era baseada “nas ciências fundamentais da agricultura”, definida como educação profissional aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e às indústrias rurais, “mediante a difusão de conhecimentos científicos e práticas racionais necessárias à exploração econômica da propriedade agrícola” (BRASIL, 1911).

Em 1914, a Escola Média é fechada por motivos de conflitos entre o então diretor Dr. Henrique Devoto e o corpo discente dessa instituição e pela falta de recurso do MAIC, de mantê-la. Assim que foi publicado o Decreto nº 10.855, do Governo Federal que anunciava o fechamento da Escola, “(...) o Governo do Estado avocou o estabelecimento assegurando para o Estado da Bahia todas as melhorias e

benfeitorias realizadas no Engenho São Bento das Lages em São Francisco do Conde.” (SANTOS, 2010, p. 20).

“No dia 31 de julho de 1919, o governo estadual decreta à reabertura da instituição por meio da Lei nº 1.333, denominada Escola Agrícola da Bahia. A inauguração da Escola Agrícola da Bahia, novamente sob a tutela do estado, ocorre em 22 de março de 1920, contando com a presença de pessoas ilustre da região. O funcionamento da EAB em 1920 começa em regime de internato que não consegue ser levado adiante, pois a mesma continuava passando por dificuldades financeiras o que prejudicava o seu funcionamento.” (SANTOS, 2010, p. 20).

A ocorrência da revolução de 1930, que pôs Getúlio Vargas no poder e deu fim à República Velha constituiu um panorama favorecendo a transferência da EAB para a capital do Estado, Salvador, no edifício da Hospedaria dos Imigrantes. O interventor do Governo Federal do Estado da Bahia alegou que a escola em São Bento das Lages não possuía condições suficientes de ensino e administração, uma vez que a localidade não oferecia, de forma satisfatória, moradia aos estudantes, professores e funcionários, “o que os obrigava a longos trajetos diários entre a EAB e Santo Amaro” (ARAÚJO, 2006, p. 170). Além disso, defendia a tese de que as terras da sede estavam distantes da capital, dificultando as medidas administrativas. Diante disso, a EAB permaneceu na cidade de Salvador até os anos de 1942 (SANTOS, 2010, p. 20) lotada num edifício que não condizia com a atividade de ensino que ali funcionava.

O então interventor federal na Bahia, Landolfo Alves, buscando o desenvolvimento agrícola regional, tomou as providências necessárias para efetuar a transferência da EAB de Salvador para a cidade de Cruz das Almas, ainda no ano de 1942. Já em funcionamento em terras cruzalmenses, no ano seguinte, a então Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia (EAMVB) iria sofrer diversas modificações no tocante à sua conjuntura estrutural e regimental. Em 1946, torna-se a Escola Agrônômica da Bahia – administrada pelo Estado e subvencionada pelo Governo Federal – seguindo o antigo padrão da EAB, composto de avaliações orais, escritas e finais práticas. (SANTOS, 2010 p.21)

A Universidade da Bahia (UBa), foi criada em 1946 a partir da junção de Universidades pré-existente, como prevê o DECRETO-LEI Nº 9.155, de 8 de abril de 1946⁴:

“Art. 2º A Universidade da Bahia compor-se-á inicialmente dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, que funcionam na Capital do Estado:

⁴ Disponível no Portal da Legislação < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>.

Faculdade de Medicina da Bahia Escolas Anexas de Odontologia e de Farmácia,

Faculdade de Direito da Bahia,

Escola Politécnica da Bahia,

Faculdade de Filosofia da Bahia.

Faculdade de Ciências Econômicas.” (BRASIL, 1946).

Na década de 1950, passou por processo de federalização⁵ transformando-se em UFBA. Assim, em 1967, o Governo da Bahia, após a realização de convênio, deixou sob tutela da UFBA a Escola Agrônômica em Cruz das Almas, resultando na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAGRUFBA).

Em 2002, o Magnífico Reitor da UFBA apresenta sua proposta de criação de uma nova Universidade Federal, a partir do desmembramento da Escola Agrônômica da UFBA, em Cruz das Almas. É idealizada e protocolada na CCJ do Senado Federal o projeto de lei, redigida pelo então Senador da República, Waldeck Ornelas de nº 242, de 2002 que autoriza o poder executivo a criar uma instituição federal de ensino superior (IFES) na cidade de Cruz das Almas, sob o argumento de que a Bahia possuía apenas uma instituição federal (UFBA), enquanto havia quatro estaduais (UESC, UEFS, UNEB e UESB). Esta viria a ser a Universidade Federal de Cruz das Almas (UFCAL) e teria como escopo principal a promoção do desenvolvimento da região do Recôncavo da Bahia, por meio das atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Aos sete dias de maio de 2003, a CCJ aprova o parecer do relator do projeto de criação da UFCAL, sendo este encaminhado à CE do Senado Federal, enquanto o CONSUNI-UFBA reúne-se e delibera, sendo o Magnífico Reitor autorizado a criar uma comissão que irá avaliar estratégias que tornem viável a implantação da nova IFES. Em outubro, Jacques Wagner, então Ministro do Trabalho, entrega ao Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a proposta da criação da UFRB, sendo esse o responsável pelo envio, em março de 2005, do Projeto de Lei nº 4.955 que antevê a criação da nova universidade, à Câmara dos Deputados Federais, que seria aprovada em julho no ano supracitado.

⁵ A federalização ampliou os recursos financeiros, os espaços físicos e o quadro de funcionários, aumentou o número de vagas para o ensino superior gratuito como também foi responsável pela criação de quase todas as universidades federais existente no país. (SANTOS, 2010, p. 21).

É sancionada a Lei nº 11.151 do ano de 2005, que cria a UFRB. Em 27 de dezembro, o Presidente assina o decreto nº 5.642, sobre a tutoria na UFRB pela UFBA e em 03 de julho de 2006 a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia inicia suas atividades sob uma conjuntura *multi campi*, abrangendo os municípios de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa e sua sede, em Cruz das Almas.

Criação do MEASB

O Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB) surge a partir da iniciativa de um grupo de professores⁶ da então Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAGRUFBA) que a partir do conhecimento da extensa trajetória do ensino agrícola na Bahia – mais especificamente, no Recôncavo decidem em favor da perpetuação da memória do ensino agrícola brasileiro.

A administração da EAGRUFBA em Cruz das Almas nenhuma consciência possuía acerca da preservação de seu patrimônio, que atravessou séculos. Mantinha parte desse acervo – principalmente acervos de suporte em papel, como fotografias, desenhos, pinturas e importantes livros do século XVIII, como o *Sertum Palmarum Brasiliensium*, de autoria de João Barbosa Rodrigues, o *Description de L’Egypte*, idealizado pela Commission des Sciences et Arts e o *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*, de autoria de Edme Louis Billardon de Sauvigny e ilustrações de François Nicolai Martinet, objeto de estudo desse trabalho – entalhado em salas sem uso, em exposição à umidade e pragas, ameaçando sua integridade física, o que seria irremediável. Diante de tal situação, foi identificada a necessidade de resgate daquele acervo imediatamente, obrigando aos professores envolvidos a formar grupos para retirada daquelas peças, expondo sua própria segurança, num ambiente altamente insalubre. As peças recuperadas foram guardadas em local impróprio, porém menos nocivo ao acervo – até que melhores providências fossem tomadas – enquanto outras precisaram ser descartadas devido à sua total destruição.

Antigas teses da primeira EAB em São Francisco do Conde, também figuravam no abandono, além de telas e instrumentos de ensino agrícola e veterinário. Tão descabida era a falta de uma política de gestão desse acervo dentro da instituição, que professores por várias vezes, apropriaram-se de peças, principalmente mobiliário e peças decorativas, sem permissão, os quais nunca foram devolvidos. Algumas peças de mobiliário, porém, foram utilizadas como móveis no gabinete da reitoria, o que possivelmente deveu-se às boas condições que eles possuíam. Outras peças

⁶ Profª Claudia Bloisi Vaz Sampaio, Profª Ruth Exalta da Silva e Prof. Áureo Silva de Oliveira.

eram utilizadas apenas como suporte para adubos e outros materiais na área externa do campus, revelando um descuido cada vez maior com um patrimônio importantíssimo.

Sabe-se que, para uma sociedade carente de conhecimentos sobre memória e patrimônio, a introdução de objetos antigos – e por vezes em más condições de conservação – à categoria de “velharias” é recorrente. Talvez por isso, a conjuntura administrativa da EAGRUFBA tenha iniciado, ou permitido tais situações.

Cientes da importância dessa memória para as gerações que se seguem – relacionadas ou não com a produção agrícola –, conscientes da benfeitoria que essa ação iria proporcionar para a História do Recôncavo e bestializados com a condição que a EAGRUFBA geria tal patrimônio secular, esses professores buscam a implantação de um núcleo com a finalidade de reunir a maior parte possível desse acervo. Assim, em 2003, ocorre a redação do projeto de criação do MEASB, pelo grupo de professores supracitados, junto à EAGRUFBA, que é assinado pelo professor Áureo Silva de Oliveira.

Em 2004, o CNPq – ao verificar a real necessidade de tal ação – oferece apoio ao projeto do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, que teria a responsabilidade inicial de reunir livros, mobiliário, fotografias, equipamentos, quadros, e todo material que remetesse à história do ensino das ciências de uso das terras, a fim de constituir o acervo desse núcleo.

O ano de 2005 foi marcado pela criação da UFRB, encerrando mais uma etapa do Ensino Agrícola do Estado da Bahia, que crescia como instituição preservando no seu seio um passado repleto de história. Quando do início das atividades da nova IFES, o Reitor em exercício, pela Portaria de Nº 237/2006 (Anexo E, p. 78), institui a criação de um Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa do MEASB e ainda designa nove servidores elencados para constituí-lo. A coordenadoria do grupo seria entregue à museóloga Prof^a Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, contando com a participação da também museóloga Prof^a Rita Maria de Cássia Doria como suplente. O restante do grupo seria composto pelos museólogos Prof. Henry Luydy Abraham Fernandes e Cristina Ferreira Santos de Souza, o historiador Luis Antônio Silva Araújo, a engenheira agrônoma Claudia Bloisi Vaz Sampaio, a arquiteta Maria das Graças Andrade Dias e o então Gestor do Núcleo de Eventos da PROEXT, João da Silva Gonçalves. O grupo ficaria responsável pela elaboração dos trâmites jurídicos necessários para a oficialização do MEASB como instituição museológica, como o termo de criação do MEASB (Anexo F, p. 79).

Dessa forma é criado o MEASB, sediado em uma das construções residenciais no bairro dos professores, no campus da então UFRB, na cidade de Cruz das Almas⁷ e com as finalidades expressas no excerto que segue:

I – Reunir, identificar, tomar, preservar e expor objetos, documentos e livros que irão compor o acervo do Memorial;

II – Fomentar e desenvolver pesquisa nas áreas afins ao acervo e nas áreas de conhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

III – Empreender e estimular atividades de extensão cultural e educativa direcionadas ao Público Geral.” (UFRB, 2006)⁸.

A missão do MEASB, por sua vez, fundamenta-se:

“(…) na preservação da memória e da história da ciência e tecnologia na Bahia e no Brasil, em concordância com a vocação potencial do acervo.” (UFRB, 2006)⁹.

Em 2008, de acordo com a Portaria de Nº 068 cria-se o Núcleo de Gestão do MEASB que é vinculado à Pró Reitoria de Extensão por meio de sua subordinação à Coordenadoria de Extensão Cultural. Em 2010, ocorre à vinculação técnica do MEASB ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), como prevê a Portaria Nº 365, uma vez que este sedia o curso de Museologia da UFRB. Tal ação teve como escopo a promoção de uma maior interação do corpo discente e docente de museologia com o ambiente pertencente a uma Instituição Museológica, já que ofereceria subsídios para a realização de estágios e pesquisas, funcionando como uma espécie de museu-escola.

O MEASB funciona atualmente sob a coordenação da museóloga Prof^a Msc. Rita de Cássia Silva Doria juntamente com a historiadora Maitê dos Santos Rangel, desenvolvendo atividades na área de conservação e pesquisa histórica do acervo. Os objetivos do MEASB são alcançados contando com a participação de alunos do curso de Museologia da UFRB por meio de estágios, projetos e trabalhos de conclusão de curso, principalmente na área de conservação de acervos como é o caso aqui expresso.

⁷ Vide Anexo D, p. 77.

⁸ Este excerto pertence ao Termo de Criação do Memorial, ver Anexo F, p. 79.

⁹ Este excerto pertence ao Termo de Criação do Memorial, ver Anexo F, p. 79.

4. A CONSERVAÇÃO

A preservação configura-se, por si só, uma temática bastante difundida em nosso meio atual, ora pelas condições em que são expostos nossos patrimônios – tanto materiais, quanto imateriais – ora pela carência de conhecimentos acerca de como proceder. Conscientes de nossa participação em um universo memorialista, regido pelo principal objetivo que é a proteção de nossa própria história, nos deparamos com uma infinidade de elementos de cultura material a serem preservados, bens estes que em sua composição são passíveis de deterioração e necessitam de cuidados excepcionais, dando à Conservação, seu objeto de trabalho.

A fim de se conhecer o amplo universo da Conservação, compreender sua abrangência no tocante aos seus estudos e perceber suas limitações, faz-se necessária à apreciação de sua origem.

4.1 Origem

Há muito, a Ciência da Conservação esteve atrelada aos conhecimentos científicos inerentes a áreas do conhecimento que abrangiam os processos naturais e possuíam caráter de alta precisão:

“Eventualmente, somos inclinados a acreditar que estes princípios norteadores encontram-se apoiados apenas nas Ciências Exatas e Biológicas, a partir de pesquisas específicas conduzidas por cientistas que tratam dos princípios da degradação das estruturas materiais de obras e de documentos.” (FRONER & ROSADO, 2008, p. 3).

Segundo Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado, a discussão acerca das origens desse ramo do conhecimento vão além das concepções das ciências ditas “puras”. Busca um conceito que primordialmente carece frisar: a condição da Conservação não apenas como técnica intrínseca a algumas áreas e sim como a “Ciência da Conservação”, consolidada por sua historicidade e questionamentos, além de uma preocupação pertinente no tocante à importância de sua teoria e de sua prática, com o intuito de oferecer subsídios necessários à categoria científica. (FRONER & ROSADO, 2008, p. 4).

Embora consolidada de fato nos tempos modernos, a conservação possui suas raízes nas práticas de salvaguarda do patrimônio, desde o Mundo Antigo. Os povos que possuíam objetos de grande valor estético, documental, etc. buscavam, por meio de técnicas rudimentares, a preservação desses. Segundo Aloísio Arnaldo Nunes de

Castro, a história revela uma preocupação frequente com a proteção física de seus acervos, principalmente bibliográficos, onde verificamos a utilização de óleos e outros compostos de formas diversas a fim de evitar a degradação causada por insetos (CASTRO, 2008, p. 14).

“A tendência da Humanidade em proteger e conservar aquilo que por diversos motivos era especialmente valioso tem sofrido uma série de transformações ao longo da História, determinados pela evolução do conceito de propriedade assim como os distintos significados mágicos, religiosos, culturais e políticos atribuídos a suas produções e pertences, o que vem proporcionando um sentido e alcance diferente segundo o período histórico e suas circunstâncias a esse interesse conservador. A História da conservação e restauração, diretamente determinada pelas ideias religiosas, filosóficas, estéticas e políticas, no plano ideológico, e no plano técnico, pelos constantes progressos da ciência, configura e explica a restauração não tanto (ou somente) como uma questão técnica, mas, sobretudo, como um fenômeno cultural.” (MACARRÓN MIGUEL, 1997. p. 13 apud CASTRO, 2008, p. 12).

Sempre houve, de forma semelhante, no tocante à restauração – enquanto técnica aplicada à Ciência da Conservação – uma ansiedade pela manutenção dos objetos na forma original, desencadeando a realização de pequenos “reparos” ou “retoques” em peças de importância considerável (FRONER & ROSADO, 2008; CASTRO, 2008). Tais ações eram realizadas por profissionais que conheciam profundamente o material que iria manipular.

“Contudo, podemos perceber que a atuação desses profissionais tornou-se mais especializada à medida que grandes coleções privadas e públicas foram se formando, adquirindo perfil mais extensivo e organizado e constituindo-se enquanto um patrimônio financeiro, fatores determinantes na contratação de pessoal capacitado para a manutenção desses acervos.” (FRONER & ROSADO, 2008, p. 4).

Inicia-se assim a demarcação do ofício do restaurador – antes associado à criatividade do artista, passava agora a prezar pela originalidade da peça. Nesta etapa do desenvolvimento da restauração enquanto técnica, toda e qualquer ação baseava-se na experiência do restaurador, dispensando quaisquer conhecimentos científicos. Com o advento do Iluminismo e a influência da Revolução Francesa, as concepções de mundo passam a ser modificadas, dando lugar às Ciências Naturais em detrimento à cultura da era medieval, caracterizada basicamente pelo monopólio da Igreja e do Estado. O “Século das Luzes”, priorizando agora a razão, traz consigo os conceitos da Física e da Química, oferecendo subsídios aos profissionais restauradores que agora as utilizam como embasamento para suas ações. Tal modificação resultou num melhor desempenho na manipulação desses suportes.

“Provavelmente, as bases da conservação moderna foram lançadas quando, em 1930, o Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações (criado em 1919) promoveu o primeiro encontro internacional para tratar dos princípios científicos da restauração.” (FRONER & ROSADO, 2008, p.8).

Iniciava a corrida para o reconhecimento da Ciência da Conservação, que agora se encontrava inerente a laboratórios de pesquisa, estudos de história e museologia. Em 1931, é concebida a Carta de Atenas¹⁰ que reconhece o Patrimônio Cultural e traça parâmetros para a gestão do mesmo, concernente à conservação de monumentos e sítios.

As pesquisas referentes ao Patrimônio, a partir daqui, seguem um ritmo acelerado, abrangendo agora a utilização de novos métodos científicos em paralelo com a Conservação, desencadeando já nos anos de 1970, a busca por parte das Instituições Museológicas e de Ensino, instalação de laboratórios que tinham como principal objetivo a pesquisa acerca de obras artísticas, pretendendo determinar sua origem e tecnologia. Os anos oitenta, por sua vez, são marcados pelas teorias de Garry Thomsom, que versam em torno da necessidade de um controle climático dentro dos espaços de museus e bibliotecas, atentando para a importância de tal para evitar a intervenção direta no acervo (FRONER & ROSADO, 2008, p. 12). Segundo Gael de Guichen:

“De fato, o conceito não é totalmente novo. Estava no ar há muito tempo, tempo demais. Já no século XIX, Adolphe Napoleón Didron escreveu: conservar o máximo possível, reparar o menos possível e não restaurar por preço algum, deixando entender que seria preciso intervir o menos possível sobre o objeto para assegurar a autenticidade de sua mensagem.” (GUICHEN, 1995, p. 5 apud FRONER & ROSADO, 2008, p. 13).

As noções utilizadas atualmente no campo da conservação começam a se delinear, configurando a Ciência da Conservação como de fundamental importância na gestão de acervos, responsável pela manutenção da integridade física dos objetos, antes mesmo destes necessitarem de restauração. Nascia assim a Conservação Preventiva. Esse novo conceito de preservação do patrimônio abarcava a interdisciplinaridade e por constituir-se como possuidor de grande especificidade, carecia da implantação de cursos que tratassem da formação de profissionais. Embora a oferta dessa categoria de profissionalização tenha tido grande desenvolvimento nesse período, sendo oferecido por associações internacionais como o ICOM, ICCROM e ICOMOS, e nacionais, como o ABRACOR e CECOR, a ausência de uma regulamentação da

¹⁰ Manifesto que tratou de aspectos legais, técnico-construtivos e princípios norteadores da ação de conservação em Arquitetura.

profissão ainda permite que profissionais sem qualificação possam continuar exercendo tais funções em acervos, colocando-os em sérios riscos e processos de degradação, por vezes irreversíveis.

“Dentre os inúmeros caminhos percorridos na formação de profissionais voltados para a preservação de acervos, atualmente, a conservação preventiva tem significado uma mudança profunda de mentalidade. Conservação, restauração e preservação, ainda hoje, são termos que se cruzam e se sobrepõem.” (FRONER E ROSADO, 2008, p. 18).

Com o propósito de sanar toda e qualquer dúvida desencadeada pela ausência de uma definição clara e precisa dos termos abrangidos pela conservação, no que tange o alcance e limitação de cada um, apresentamos aqui um excerto da obra de Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi, que conceitua “Preservação” e “Restauração” que será utilizada como base para os estudos desse trabalho, deixando a cargo do tópico seguinte uma discussão aprofundada acerca da temática “Conservação”.

“Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
(...)

Restauração: é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.” (CASSARES & MOI, 2008, p. 12).

4.2 A Conservação Preventiva

Por conservação preventiva entende-se toda e qualquer ação – direta ou indireta – que permeia a manutenção das condições físicas de determinado objeto. Conforme o dicionário Aurélio, conservação compreende:

“(...) o conjunto de medidas de caráter operacional – intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes – que visam a conter as deteriorações em seu início, e em geral se fazem necessárias com relação às partes das edificações que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios. (FERREIRA, 2004).

Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi declaram que conservação:

“(...) é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)” (CASSARES & MOI, 2000).

Já segundo Francisco Javier Zubiaur Carreño:

“Conservación es toda acción dirigida a preservar la obra de arte e implica todos los tratamientos curativos, preventivos, que se aplican a dicha obra destinados a prolongar su vida.

Un tratamiento de conservación se puede aplicar a tres planos diferentes:

- a) Una estabilización mínima del estado actual de la obra.
- b) Un saneamiento general con eliminación de las causas de su alteración y deterioro.
- c) Una protección contra los factores nocivos y destructivos de su entorno.” (CARREÑO, 2004, p. 225).

Para se atingir os objetivos propostos pela Ciência da Conservação, prezando por maior êxito no que tange à preservação e estabilização de acervos, é de suma importância que sejam realizados estudos acerca do material constituinte deste. O início das intervenções, sem o conhecimento prévio de tais características inerentes ao objeto causariam prejuízos inúmeros à peça. Como declara Maria Cecília de Paula Drumond, a:

“[...] conservação preventiva enfoca todas as medidas que devem ser tomadas para se aumentar a vida útil do objeto ou retardar seu envelhecimento. Para isto, deve-se, em primeiro lugar, conhecer a estrutura física da peça, ou seja, a matéria e a técnica empregadas na sua confecção, as quais, conjuntamente, irão definir procedimentos básicos de conservação.” (DRUMOND, 2006; p. 108).

Como o excerto acima revela, o conhecimento da estrutura física do objeto é considerado o ponto de partida para todo o processo de Conservação Preventiva que será realizado. Diante de um panorama constitutivo da peça e sua trajetória de guarda é possível distinguir quais os fatores nocivos, delimitando assim o caminho a ser seguido. Um objeto que sempre foi armazenado em boas condições, respeitando suas limitações, se manterá também em boas condições, enquanto que outro objeto exposto a fatores prejudiciais trará consigo marcas de degradação, vindo a necessitar de intervenção restauradora – que deve ser evitada ao máximo.

“Os procedimentos de conservação devem ter prioridade sobre os de restauração, que só deverá ser realizada quando for estritamente necessário. A manutenção das características originais da obra deve ser uma constante preocupação, buscando a intervenção mínima, e, dentro do possível, o restabelecimento de sua integridade física e estética.” (TEIXEIRA E GHIZONI, 2012, p. 15).

A Conservação enquanto área da Museologia abarca as ações acima descritas e constitui a principal função, dentre as funções básicas do Museu previamente

conhecidas – adquirir, conservar, pesquisar, divulgar e expor – pois mantêm o acervo em condições necessárias para as demais.

É evidente que a Conservação, compreendida aqui como Preventiva, entende que todo e qualquer objeto, tanto de natureza orgânica, como o papel, tecidos, couro, etc. quanto inorgânica, sofrem ação do tempo e de processos intrínsecos à sua própria constituição, desencadeada pelo envelhecimento da matéria. Portanto, podemos definir a conservação como o conjunto de ações que tem como objetivo diminuir tanto estes desgastes, quanto àqueles desencadeados por más condições de armazenamento e por ameaças de fatores externos.

O trabalho aqui pretendido se limitará ao estudo sistemático da conservação preventiva de acervos em papel, para isso, faz-se necessário o conhecimento prévio acerca do papel, que veremos no tópico que se segue.

4.3 Conservação de Acervos com Suporte em Papel

Acervos com suporte em papel configuram-se como uma das categorias de acervos mais suscetíveis à degradação e que necessitam de cuidados extremos quanto à seus parâmetros de conservação. Ciente desta condição faz-se necessário o conhecimento prévio desse material enquanto suporte de escrita, abrangendo o estudo de sua história, composição e agentes deletérios, a fim de se oferecer subsídios teóricos para a intervenção conservativa no livro “Histoire Naturelle des Dorades de la Chine”.

Gênese de Papel

Como já se sabe, o ser humano sempre sentiu a necessidade de deixar gravada a sua existência no ambiente terrestre, pois era a única forma de manter-se vivo para as gerações que se seguiam. Nossos antepassados registraram suas memórias, anseios e sua vida cotidiana nas cavernas, o que chegou até nossos dias, denominada de “Pinturas rupestres”.

A história do papel encontra-se intimamente ligada à história da escrita, pois foi por intermédio da segunda que as sociedades uniram forças para produzir um suporte estável e funcional o suficiente para registrar aquilo que se tinha interesse.

“Considera-se, de um modo geral, do ponto de vista histórico-sociológico, a invenção da escrita como um dos elementos caracterizadores da emergência de uma civilização. As tabletes sumerianas de Ur, Kish ou Lagash, do terceiro milênio a.C., os papiros egípcios do mesmo período, mais tarde as gravações em bronze da civilização Minoana, do segundo milênio, ou as tábuas de pedra de Moisés contendo a inscrição dos mandamentos de Yahveh,

também do segundo milênio, constituem marcos da cultura escrita antes da invenção do papel.” (JAGUARIBE, 1999, p. 23).

As sociedades que detinham a tecnologia da escrita utilizava-se de materiais acessíveis para este registro, como era o caso dos egípcios e dos mesopotâmicos. Dotados da escrita hieroglífica e cuneiforme, respectivamente, ambos realizavam suas inscrições em grandes monólitos de pedra que por vezes, chegaram até nossos dias. Há registros da utilização de argila enquanto material para escrita, pela civilização mesopotâmica, o que já revela uma variação significativa acerca da produção de documentos escritos:

“Na segunda metade do século XIX, com a chegada de arqueólogos ingleses e franceses, a antiga civilização mesopotâmica começou efetivamente a ser desvendada graças à descoberta das lajotas de argila nos sítios onde outrora existira (século VII a.c) o magnífico palácio de Nínive, que abrigava a grande biblioteca do imperador Assurbanípal.” (CAMPOS, 1994, p. 22).

Embora a inscrição em pedra e também em argila fosse muito praticada, o advento da utilização do papiro¹¹ para produção de suporte para escrita foi de suma importância, já que constituía o papel em sua forma mais primitiva, baseado agora, no emprego de fibras de origem vegetal. A utilização do papiro para fins documentais foi iniciada pelos egípcios e serviu como base para a inscrição do Hierático – escrita destinada aos registros religiosos – do Eporético – utilizado para fins comerciais – e do Liviano – variedade mais difundida entre a sociedade – além de consagrar-se como suporte de maior importância na produção de livros.

Posteriormente surge o pergaminho – termo proveniente do grego pergaméne e do latim pergamina ou pergamena – que viria a superar o papiro no tocante à importância na produção de documentos. Este novo material era produzido a partir da curtição de peles de animais, como carneiros, bois, cavalos, etc. que, após passar por um processo de limpeza, era recoberto por cal e posteriormente lixado, a fim de se obter uma superfície lisa, já preparada para as inscrições. O pergaminho possuía uma variedade de qualidade superior, denominado velino. Tal variedade, produzida a partir da pele de carneiros enquanto ainda embriões, possuía preço superior e reunia características diferenciadas, como a reduzida espessura e sua coloração mais alva. Antes da Idade Média, esse suporte já havia substituído o papiro, pelos motivos presentes no excerto abaixo, de autoria de Antônio Houaiss:

“Inumectável, ou quase, resistente ao fogo, mais fino e mais durável do que o papiro, moldava-se à dobragem e à enrolagem, permitia a escrita em suas duas faces e, lavado ou lixado, podia servir diversas

¹¹ Espécie de nome *Cyperus papyrus*.

vezes – o que originou, ante a perspicácia posterior dos homens, o palimpsesto¹². Permitia substituir pela pena de pássaro o tufo de pincel ou as pontas do cálamo, comportando um aproveitamento espacial muito maior, pois o tamanho dos caracteres pôde ser consideravelmente reduzido.” (HOUAISS, 1967, p. 72-73 apud CAMPOS, 1994, p. 68).

A tecnologia do papel como conhecemos hoje, ou seja, em forma de folhas, é atribuída à China, no ano de 105 da nossa era, por meio de um alto funcionário da corte imperial da dinastia Han, Tsai Lun. Essa produção teria sido baseada na maceração de restos de tecidos de algodão, a fim de se obter uma massa de fibras, que, ao ser misturada à água e drenada por uma malha de bambu, resultaria numa fina camada, denominada assim de “papel”. Tal processo artesanal de produção conferia resistência e durabilidade, além de conceber um produto dotado de uma superfície lisa e altamente absorvente, o que favorecia o uso de tintas líquidas.

Com o advento das grandes caravanas, os conhecimentos técnicos que rodeavam a produção do papel – que até então permanecia em segredo – foram difundidos pelo mundo, e cada sociedade passou a produzir seu suporte de escrita por meio da utilização da matéria-prima acessível na sua região, resultando no uso de fibras vegetais provenientes do cânhamo, bambu e amoreira, por exemplo. Nos séculos XII e XIII, a Itália e a Europa foram palco da implantação das primeiras manufaturas para produzir papel, como foi o caso da indústria Fabriano, na Itália, existente até hoje e conhecida mundialmente pela excelência de seus produtos¹³.

Segundo Jayme Spinelli Junior, no século XV, com a criação da imprensa por Johannes Gutemberg, houve um crescimento considerável da procura pelo papel, obrigando os produtores a manterem um equilíbrio considerável entre a produção e a procura, por vezes dificultada pela escassez de matéria-prima e custo elevado de mão de obra. Assim recorreu-se para os avanços tecnológicos, onde:

“Diversas inovações, tanto mecânicas quanto químicas, trouxeram sem dúvida enormes soluções. Entretanto, geraram também novos tipos de problemas. A tecnologia incrementou a quantidade, embora na maioria das vezes em detrimento da qualidade.” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 17).

No século XVIII, ocorre a invenção da máquina holandesa, também chamada de “Hammer Mill” (FABRIANO, 2014). Ela era formada por dois martelos de pedra que ao se chocarem por meio de um sistema semimecânico, efetuava o trabalho de maceração das fibras, vindo a formar uma massa mais homogênea do que aquela

¹² Manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era novamente aproveitado para a escrita de outros textos. (FERREIRA, 2014)

¹³ Esta indústria teve sua fundação no ano de 1264. Esta informação está disponível em <<http://fabriano.com/>>.

conferida pelo processo manual, anteriormente em voga. As substâncias utilizadas na encolagem do papel – ou impermeabilização – também foram modificadas, passando a ser utilizado o breu em substituição da cartilagem de animais, desencadeando uma queda considerável na qualidade do papel então produzido. Posteriormente o elemento alúmen foi adicionado ao breu, com fins de aumentar a resistência do papel, estabilizar a viscosidade e evitar a proliferação de fungos e bactérias, entretanto causa o surgimento do processo de acidificação do papel, tornando-o frágil e pouco resistente ao tempo.

O crescente desejo por papéis em tons mais brancos impulsionou a indústria papelreira a utilizar em sua produção o cloro como branqueador, o que acarretou ainda mais problemas na conservação do papel, pois a celulose em contato com o cloro inicia um processo de oxidação, responsável pela destruição do papel. Agora diante da escassez previamente observada de trapos de tecidos e dos altos custos dessa matéria-prima, se fazia necessária a busca por opções mais econômicas para a produção de papel, que passaria a ser produzido a partir da celulose de madeira.

“Este fato trouxe novo alento aos produtores, porém a curto prazo descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são extremamente curtas e retêm grande quantidade de substância resinosa (lignina), difícil de ser eliminada e que, com o passar do tempo, torna-se um agente agressor, conferindo ao papel características de acidez e um tom amarelado.” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 18).

Embora muitas modificações físicas e químicas tenham ocorrido na produção do papel, a fim de se reduzir os gastos de produção, é possível ainda adquirir papéis semelhantes àqueles produzidos inicialmente, porém a altos preços. Tal condição se deve à superior qualidade dos papéis artesanais e sua utilização para fins artísticos ou científicos.

Constituição do papel e fatores internos de degradação

O papel, como já se sabe, é o produto do beneficiamento de fibras de origem vegetal por meio da maceração destas e de sua adição à água. A qualidade desse suporte é verificada a partir da identificação do tipo de fibra utilizado – a fonte de que esta matéria prima foi obtida – que pode variar no tocante ao comprimento, produzindo diferentes tipos de papel. Estes tipos de papel podem ser elencados em três grupos distintos, a saber:

Fibras curtas: A utilização de fontes de matéria-prima que possuam fibras de pouco comprimento confere ao papel pouca resistência e menos durabilidade, já que consiste num suporte pouco entrelaçado, como é o exemplo do eucalipto e do carvalho.

Fibras longas: Papéis produzidos a partir de plantas coníferas, como pinheiro e araucária possuem fibras longas, possuindo uma qualidade superior àqueles que utilizam como base, o eucalipto.

Fibras muito longas: Algodão e linho, por possuírem em sua estrutura, fibras muito longas constituem a matéria-prima de melhor qualidade na produção do papel, resultando num suporte de alta qualidade e durabilidade.

Cientes da relação entre a estrutura de fibras do papel e qualidade, faz-se necessário o conhecimento da estrutura química desse suporte tão difundido desde a antiguidade.

Todo e qualquer objeto, seja este de origem orgânica ou inorgânica, sofre alterações com a ação do tempo, ou seja, passa pelo processo de envelhecimento, ou degradação. O caso do papel, de origem orgânica, merece atenção dobrada, já que constitui um material altamente suscetível aos processos de deterioração. Embora haja diversos agentes de degradação, focaremos nossos estudos àqueles causados apenas a partir de reações intrínsecas ao objeto, ou seja, aqueles que estão relacionados à matéria constitutiva deste, ou ainda mais especificamente, ao seu envelhecimento natural. Para isso, faz-se necessário o estudo da estrutura química do papel, composto basicamente de *celulose, hemicelulose, lignina, aditivos, corantes e outros materiais.*

Celulose: Segundo Heizer F. de Castro (2009), a celulose é entendida enquanto polímero linear de glicose, constituída por ligações β 1,4 glicosídicas. Tal elemento possui entre suas características a insolubilidade em água – embora possua grande afinidade com ela –, sendo o principal componente, da parede celular da biomassa vegetal.

Uma molécula de celulose reúne características estruturais diferenciadas em seu interior, onde coexistem duas áreas que possuem também comportamentos distintos, estas áreas são denominadas de cristalinas e amorfas. As regiões *amorfas* possuem configuração flexível, podendo facilmente realizar movimentos de estiramento e contração mediante a variação de umidade, fato que apresenta grande perigo à integridade física do papel, uma vez que é responsável pelo enfraquecimento do suporte com as sucessivas alterações. As regiões *cristalinas*, por sua vez, devido à sua alta concentração de hidrogênio não possuem a capacidade de se modificar, permanecendo imutáveis.

A degradação da molécula de celulose e, portanto, a degradação do papel, se dá quando ocorre:

“(…) a cisão da ligação 1,4 glicosídica da molécula da celulose, ou seja, a cisão da ligação entre dois monômeros de glicose. A degradação produz moléculas com grau de polimerização menor, afetando, portanto, as propriedades que dependem do comprimento da cadeia molecular da celulose, tais como, viscosidade e resistência mecânica.” (CASTRO, 2009, p. 3).

Hemicelulose: A hemicelulose, encontrada também na estrutura da biomassa vegetal, “é um grupo de polissacarídeos, constituído de vários tipos de unidades de açúcares que podem ser definidos como solúveis em álcali” (CASTRO, 2009, p. 3). Essa substância encontra-se intercalada com as microfibrilas de celulose, conferindo elasticidade e evitando o contato direto entre estas, ao passo que apresentam grande flexibilidade, no tocante à absorção de água, uma vez que é composta apenas de áreas amorfas.

Enquanto a celulose possui alto grau de polimerização e forma arranjo fibroso, a hemicelulose reúne o inverso dessas características, o que permite a sua utilização, enquanto matéria-prima, para a produção de diversos tipos de produtos, como xilitol, ácidos orgânicos e álcool, além de variados tipos de papéis.

A lignina: Essa substância, empregada na produção de antioxidantes, adesivos e plásticos, por sua vez:

“É um polifenol construído de unidades de fenil-propanas (C6-C3). Diferente da celulose, a lignina não tem estrutura cristalina e é considerado um polímero amorfo, cuja estrutura principal, provém da polimerização dehidrogenativa (iniciada por enzimas) dos seguintes precursores primários: álcool trans-coniferílico, álcool trans-sinapílico e álcool trans-para-cumárico.” (CASTRO, 2009, p. 4).

A lignina pode ser considerada um dos compostos naturais de maior solidez e resistência, ela é responsável pela união de celulose e hemicelulose, conferindo resistência e impedindo a degradação desses materiais. Esse composto, via de regra, está presente em todos os vegetais, embora apresente variações quanto à sua estrutura, quando avaliamos plantas distintas. “A lignina, devido à sua reatividade química, pode tornar-se fortemente colorida, o que explica o progressivo amarelecimento dos papéis” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 26).

Aditivos: Entendemos aqui os aditivos enquanto substâncias que são adicionadas à massa de produção do papel, com a finalidade de conferir características diversas à este, facilitando seu uso para diversos fins.

Segundo Jayme Spinelli Junior (1995, p. 26), deste grupo constitutivo do papel destacam-se as cargas e os agentes de colagem. Empregadas para dar opacidade, lisura e printabilidade, além de outros diferenciais, as cargas, possui como exemplos,

o caulim e o carbonato de cálcio; enquanto os agentes de colagem, ou seja, aqueles compostos destinados à encolagem do papel – aglomerando as fibras em busca de um papel com superfície homogênea – empregam tanto substâncias à base de resinas ácidas – breu – como substâncias alcalinas reativas com a celulose na presença de carbonato de cálcio.

A utilização de determinadas substâncias, de natureza ácida, favorece o envelhecimento do papel, pois desencadeia o processo de acidificação deste, culminando em sua destruição, pelo enfraquecimento da fibra.

Pigmentos: Os pigmentos, embora já estejam subentendidos em seu próprio termo, são responsáveis por atribuir ao produto proveniente do beneficiamento de fibras vegetais, características cromáticas diferentes daquelas alcançadas naturalmente, favorecendo a venda e difusão de diversos produtos, por atingir diretamente o mercado consumidor.

Outros materiais: Neste último grupo, incluem-se os compostos destinados a modificar as estruturas físicas e químicas do papel, como bactericidas, antiespumantes, fungicidas, retentores de cargas, etc., permitindo a este, uma maior resistência a agente externos, em detrimento, por vezes, da diminuição do tempo útil do papel.

Agentes Externos de Degradação

Por agentes externos entendemos aqueles fatores de deterioração existentes no ambiente em que o objeto encontra-se acondicionado. Tais fatores oferecem grandes perigos para a integridade física de um acervo, principalmente bibliográfico, e merecem extrema atenção por parte dos gestores de acervos. Para uma melhor compreensão acerca deles, iremos aqui dividi-los em quatro grupos, *agentes físicos*, *agentes químicos*, *agentes biológicos* e *agentes antrópicos*, que serão elucidados a seguir:

Agentes físicos:

A temperatura, umidade relativa do ar – a quantidade de vapor de água existente no ambiente – e incidência luminosa são os agentes físicos de deterioração de acervos, que apresentam o maior desafio para os gestores de acervo.

Altas temperaturas apresentam grandes riscos para a integridade física do objeto, uma vez que, acelera a “velocidade de muitas reações químicas, inclusive as de deterioração” (CASSARES & MOI, 2000, p. 14) que tende a dobrar a cada aumento de

10° C, além de favorecer a proliferação de bactérias e fungos que buscam ambientes quentes. Todo acervo, e em especial, o bibliográfico, apresentam limitações quanto à faixa permitida de variação de temperatura, sem que haja prejuízo para a estrutura física do material constituinte. Essa faixa apresenta variações quando avaliados diferentes acervos, mas no tocante à conservação de acervo de suporte em papel, deve manter-se a cerca de 20° C, como afirma Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi (2000, p. 15). Esse controle de temperatura é realizado por meio de equipamentos como termômetros e deve ser efetuado frequentemente durante o dia, atentando-se para qualquer alteração brusca.

Altas taxas de vapor de água na atmosfera ao redor do objeto constitui também um fator determinante de degradação de acervos, já que desencadeia o processo de estiramento e contração do material constituinte do suporte – no caso do papel, a celulose é responsável por essa variação física, devido à suas regiões amorfas, como vimos anteriormente. Este processo contínuo é nocivo ao documento, uma vez que causa a quebra das ligações de glicose no interior da molécula de celulose, resultando na degradação do material, que virá a se tornar frágil e pouco viscoso. O aumento da umidade, tanto no ambiente, quanto no objeto favorece o aparecimento de fungos e bactérias, além de outros agentes biológicos, como roedores. Diante de toda essa problemática, é necessário o controle das taxas de umidade, mantendo-as, segundo Jayme Spinelli Junior (1995, p. 28) entre 50% e 60%, utilizando equipamentos especializados, como higrômetros e higrógrafos.

A associação de altas temperaturas com altas taxas de umidade relativa é altamente destrutiva para o acervo bibliográfico, bem como o inverso de ambas, que resultará na perda da água naturalmente retida, culminando em documentos ressequidos e quebradiços. As alterações bruscas de índices de temperatura e umidade configuram-se como mais nocivas do que valores fora da faixa permitida, entretanto mantendo-se constantes. Para o controle simultâneo desses valores – o que é indispensável para a segurança de acervos bibliográficos – poderão ser empregados os chamados termoigrômetros e termoigrógrafos, enquanto que para a correção dos valores de umidade relativa utiliza-se desumificadores, ou umidificadores.

A incidência luminosa também é um fator que merece muita atenção, pois ela é responsável pelo envelhecimento fotoquímico do suporte, principalmente aqueles, de natureza orgânica, como os documentais. “A luz, natural ou artificial, é um tipo de radiação eletromagnética, capaz de fragilizar os materiais constitutivos dos

documentos, induzindo um processo de envelhecimento acelerado” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 30).

A luz é composta de três radiações que se distinguem pela faixa de comprimento de onda, são elas: a radiação ultravioleta (UV) – entre 200 e 400 nanômetros – a radiação visível – entre 400 e 700 nanômetros – e a radiação infravermelha – acima de 700 nanômetros. A incidência das radiações na superfície do acervo de suporte em papel torna-o “frágil, quebradiço, amarelecido, escurecido. As tintas desbotam ou mudam de cor, alterando a legibilidade dos documentos textuais, dos iconográficos e das encadernações.” (CASSARES & MOI, 2000, p. 15). Acervos bibliográficos possuem limitações também no tocante à resistência à incidência luminosa – o que dependerá diretamente do seu material constituinte – por isso, faz-se necessária a medição para adaptação da iluminação nos ambientes onde encontra-se acondicionado o acervo. Para efetuar tal medição utiliza-se um equipamento denominado luxímetro, onde teremos o valor da luminosidade do local por meio da medida de lux¹⁴. Entre as medidas utilizadas para evitar a incidência de radiação nos objetos, podemos destacar o emprego de filtros UV nas janelas, vitrine e lâmpadas, além da instalação de persianas, cortinas e *brise-soleil*.

Agentes químicos:

Por agentes químicos, entendemos os poluentes atmosféricos e a poeira em suspensão, que são altamente nocivos a todos os acervos, sendo ainda mais perigosos para acervos bibliográficos.

A atmosfera reúne diversos gases, inclusive aqueles provenientes da queima de combustíveis fósseis e de indústrias, esses gases apresentam grande perigo para a saúde humana e obviamente para os acervos museológicos. Poluentes de origem antropogênicas¹⁵ como óxidos de enxofre (SOx), monóxido e dióxido de carbono (CO e CO₂), bem como compostos orgânicos voláteis (COV) – como o metano, benzeno, xileno, butano e propano – em contato com acervos bibliográficos, “atacam o material celulósico causando reações químicas” (VILAS BOAS, 2010, p. 37), desencadeando o aparecimento de manchas escurecidas e irreversíveis na superfície do documento, além do enfraquecimento mecânico do papel, culminando em sua total destruição.

Por outro lado, a poeira – “pequenas partículas de variadas origens, estruturas e composições, que se depositam a partir da suspensão pelo ar” (WIKIPEDIA, 2014) –

¹⁴ Corresponde à unidade de iluminamento e refere-se à incidência perpendicular de 1 lúmen em uma superfície de 1 metro quadrado.

¹⁵ Derivadas pela ação humana.

acumulada nos documentos, bem como em qualquer outro objeto, prejudica a estética do mesmo, além de favorecer o aparecimento de fungos e bactérias, por dificultar o processo de aeração, indispensável aos acervos bibliográficos. A presença de poeira e umidade simultaneamente, também pode ser responsável pelo surgimento de manchas no documento.

A fim de sanar os problemas causados por agentes químicos, quando em contato com acervos, são tomadas certas medidas, como a instalação de telas protetoras nas janelas, – a fim de evitar a entrada, mesmo que parcialmente, de poluentes e poeira – de exaustores – com o intuito de renovação frequente do ar no interior das salas de acondicionamento e exposição – e a limpeza periódica do acervo, por meio da higienização mecânica, visando a retirada de poeira e sujidades acumuladas na superfície do documento.

Agentes biológicos:

Em profunda consonância com as condições ambientais do entorno ao acervo, temos os agentes biológicos, determinados seres vivos que porventura podem apresentar perigos aos objetos, no caso aqui expresso, aos documentos. Podemos destacar aqui os micro-organismos como os *fungos* e as *bactérias*, os *insetos xilófagos* e os *roedores*, que serão explicados logo a seguir.

Os *Fungos* são organismos eucariontes¹⁶, que podem ser unicelulares ou pluricelulares, que realizam sua reprodução através de esporos¹⁷ enquanto as *bactérias* são seres unicelulares, procariontes¹⁸. Ambos proliferam-se rapidamente em ambientes quentes e úmidos.

Os fungos e bactérias alimentam-se basicamente de matéria orgânica, principal componente de acervos bibliográficos, o que representa um grande perigo. Esses organismos, em contato com documentos “além de atacarem o substrato, fragilizando o suporte, causam manchas de colorações diversas e intensas de difícil remoção” (CASSARES & MOI, 2000, p. 17), por isso é necessário o controle de temperatura e umidade, evitando o crescimento destes, já que, no caso dos fungos, em condições ambientais desfavoráveis, os esporos mantêm-se adormecidos. A limpeza frequente dos documentos também é de suma importância para a proteção destes contra essas ameaças.

¹⁶ Organismo formado por células que possuem organelas em seu citoplasma com funções diferenciadas.

¹⁷ Unidades de reprodução dos vegetais.

¹⁸ Organismo formado por células que não possuem seu material genético delimitado por uma membrana.

Os *insetos xilófagos*, ou seja, aqueles que têm sua dieta baseada em celulose, causam danos muito conhecidos em acervos bibliográficos. Os principais insetos dessa categoria são os cupins – pertencentes à ordem isoptera – as brocas – besouros pertencentes à ordem Coleoptera – baratas – representante da ordem Blattaria – e traças – da ordem Thysanura.

Os cupins (fig. 1) dividem-se em cupins de madeira seca e de solo e são responsáveis pela destruição desde acervos bibliográficos inteiros, até estruturas de edifícios, onde alimentam-se do madeiramento. Esta categoria de inseto é facilmente identificada devido aos restos fecais que deixam do local destruído, que possuem forma de grânulos duros.

As brocas (fig. 2), no entanto, assemelham-se a um besouro e produzem um pó bem fino, constituindo a ameaça mais séria à acervos de suporte em papel. “Uma característica deste inseto é a de não atacar folhas soltas, preferindo lugares bem apertados onde podem se alimentar melhor.” (CORADI e STEINDEL, 2007; p.353 apud VILAS BOAS, 2010, p. 39).



Figura 1: Cupim de madeira seca e cupim subterrâneo.
Fonte: <http://www.famastitaurus.com.br/geral-e-broca-ou-cupim-post-266.html>



Figura 2: Broca.
Fonte: <http://www.famastitaurus.com.br/geral-e-broca-ou-cupim-post-266.html>

As baratas se alimentam de matéria vegetal morta e são vetores de variadas doenças que podem ser transmitidas para o ser humano, “o ataque tem características bem próprias, revelando-se principalmente por perdas de superfície e manchas de excrementos” (CASSARES E MOI, 2000, p. 19). Elas são atraídas por locais úmidos, escuros e que conservem restos de alimentos, motivo pelo qual é de suma importância a limpeza de salas e depósitos.

As traças, por sua vez, são insetos existentes nos interiores de edifícios e que alimentam-se de açúcares, proteínas e amidos, além de possuírem a capacidade de digerir celulose, apresentando-se como um grande perigo aos documentos.

Assim como os outros agentes anteriormente citados, as traças preferem locais úmidos e quentes, podendo ser evitadas por meio do controle ambiental e de limpezas frequentes.

Semelhante às baratas, os roedores são atraídos por resíduos alimentares e apresentam grande periculosidade aos acervos e também aos seres vivos, aos quais podem transmitir várias doenças e até a morte. Estes animais são nocivos também à integridade física do edifício que guarda o acervo, podendo vir a “atacar o revestimento isolante dos condutores elétricos, favorecendo a instalação de sinistros” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 29).

Com o intuito de evitar a ameaça desses agentes biológicos à integridade física dos acervos, faz-se necessária a vigilância periódica nos locais de guarda, por meio de vistorias. O exercício destas vistorias frequentes, permitirá identificar precocemente possíveis infestações, permitindo o fácil combate à elas, ao passo que evitará a manipulação de inseticidas nocivos à seres humanos e acervo. Em casos omissos, de infestação já instalada, faz-se necessária a busca por profissionais qualificados em dedetização de ambientes, atentando-se sempre para a segurança de pessoal e acervo.

Agentes antrópicos:

Os fatores que se incluem nessa categoria serão entendidos a partir do momento em que se compreende também o ser humano como agente de degradação de acervos. O homem, embora deva desempenhar o papel de protetor de seu patrimônio material, é responsável por vezes pela destruição em massa deste, principalmente no que tange à conservação de acervos de suporte em papel, incluindo manuseio indevido, intervenções inadequadas e exposição e armazenamento incorretos.

“Os critérios para se manusear um documento (livro, gravura, mapa, etc.) são determinantes de sua vida útil e de sua permanência. Recomenda-se, portanto, a adoção de normas e procedimentos básicos que contribuirão consideravelmente para melhor conservação do acervo.” (SPINELLI JUNIOR, 1995, p. 32).

Toda e qualquer intervenção direta no documento deve ser realizada por um profissional especializado e mediante a necessidade extrema, seguindo os parâmetros da conservação enquanto área do conhecimento. As ações devem ser reversíveis e obedecer às limitações do documento, prezando pela sua permanência qualificada. A exposição e armazenamento também são fatores que merecem muita atenção por parte dos gestores de acervos e devem ser fiscalizados e organizados por profissionais da Museologia, visando a adequação dos ambientes de exposição e

armazenamento – além das embalagens de acondicionamento – às necessidades de cada documento ou livro.

Encerra-se aqui as elucidações acerca da conservação de acervos de suporte em papel enquanto ciência aplicada à preservação dos acervos, incluindo os agentes internos e externos de degradação dos documentos. Cientes das premissas básicas que antecedem a intervenção conservativa de qualquer acervo bibliográfico, faz-se necessário o estudo histórico e estrutural intrínseco à obra que aqui se procura trabalhar, o livro *Histoire Naturelle des Dorades de La Chine*, que veremos no capítulo seguinte.

5. HISTOIRE NATURELLE DES DORADES DE LA CHINE

5.1 O livro

O objeto de estudo de nosso trabalho na área de conservação pertence ao acervo do MEASB e intitula-se “Histoire Naturelle des Dorades de la Chine”. Esta rara bibliografia de autoria do francês Edme Louis Billardon de Sauvigny foi escrito no ano de 1780 e possui 48 pranchas em aquarela e nanquim, ilustradas à mão pelo naturalista francês François Nicolas Martinet. Ele tem o propósito de funcionar como uma espécie de catálogo, procurando retratar as espécies do peixe vulgarmente denominado “dourado” (*Carassius auratus*) criado há muito tempo dentro do território chinês, além de descrever o panorama vigente no império chinês da época.

Essa obra é considerada a primeira publicação que trata das sete espécies mais comuns de dourados chineses, ainda relativamente raros na Europa na segunda metade do século XVIII (WOLF, 1988, p. 155) e que viriam a difundir-se por todo o mundo, tornado-se um dos peixes mais criados em aquários. Embora pouco conhecido no âmbito da ictiologia¹⁹ e apresentando grande importância na evolução de estudos sobre peixes, este livro possui cópias na Biblioteca Ernst Mayr (Ernst Mayr Library) do Museu de Zoologia Comparativa (MCZ) da Universidade de Harvard e na Academia de Ciências Naturais (The Academy of Natural Science) da Universidade de Drexel, ambas nos EUA – sendo a primeira instituição pela digitalização e disponibilização da obra digital.

O exemplar aqui trabalhado, devido às péssimas condições a que foi exposto e à falta de compreensão acerca de sua raridade, foi vítima do roubo e perdeu algumas de suas páginas que continham pranchas ilustrativas, dificultando a contemplação de sua originalidade. Felizmente a cópia digital disponível no endereço eletrônico da Biodiversity Heritage Library²⁰ preserva todas as páginas, sanando por parte, a ausência daquelas no nosso livro. Algumas páginas, no entanto, aparentam nunca terem existido em nosso exemplar, como é o caso da moldura estilizada onde figura a inscrição “Poissons de Chine Par Martinet”²¹ (Anexo G, p. 80) e o retrato do então imperador chinês, onde se lê as inscrições “Kin-long” (Anexo H, p. 81) o que levanta a suspeita sobre a possível existência de duas ou mais versões distintas.

¹⁹ Ramo da zoologia responsável pelo estudo sistemático dos peixes.

²⁰ Disponível em >>[<<](http://www.biodiversitylibrary.org).

²¹ “Peixes da China por Martinet” traduzido para o português.

Segundo Edwin Wolf, em sua publicação “Legacies of Genius: A Celebration of Philadelphia Libraries” (WOLF, 1988, p. 155), algumas das ilustrações de Martinet basearam-se em um pergaminho datado de 1722 confeccionado por membros da Companhia de Jesus e posteriormente enviado à Paris. Estes jesuítas dominaram a transmissão de informação cultural e científica na época, devido às suas missões em território chinês por quase dois séculos, como afirma o excerto abaixo transcrito:

“Entre os séculos XVI e XVIII os jesuítas estiveram presentes no império chinês como parte de um programa muito mais amplo, o de um projeto missionário que tinha o mundo todo como palco de suas atividades. (...) São sempre enfatizadas suas atividades como astrônomos, tradutores, pintores e arquitetos (...)” (PALAZZO, 2011, p. 1 e 2).

Como supomos, o autor revela que foi possível chegar aos desenhos finais a partir de desenhos anteriores, entretanto, estes teriam sido produzidas por chineses – não por jesuítas – e enviadas para um ministro da França, que disponibilizou para uso. Sauvigny ainda afirma que em posse desses documentos e em território chinês – mais precisamente em Pequim – iniciou-se a confecção das cópias, por Martinet, que havia superado as originais.

Essa importante obra rara pertenceu à “Bibliotheca da Escola Agrícola da Bahia” conforme revela o carimbo de controle de acervo, como podemos observar na imagem do Anexo L, p. 84 Entretanto, não tivemos acesso ao livro de registro de entrada de livros na biblioteca em questão, possivelmente devido à destruição deste, proporcionada pelas péssimas condições a que este fora armazenado. Tal fato refletiu em nosso trabalho de forma a impossibilitar a identificação da data de adição do *Histoire Naturelle des Dorades* ao acervo da biblioteca tornando impossível a criação de teorias acerca de sua proveniência. Resta-nos apenas supor que o livro fora adquirido quando da compra de equipamentos e bibliografias específicas às áreas relacionadas com agricultura e veterinária, importadas da Europa, para o então emergente IEAB.

A impressão do livro ocorreu na gráfica pertencente à Louis Jorry, responsável pela impressão de vários livros e periódicos na época. Esta gráfica localizava-se nas proximidades do portão da cidade pela Petit Pont²² – chamado de Petit Châtelet²³ – na Rue de La Huchette, em Paris, umas das ruas mais antigas da cidade.

²² “Pequena ponte” traduzido para o português..

²³ “Pequena guarita” traduzido para o português.

O período - França século XVIII

A publicação do livro “Histoire Naturelle des Dorades de La Chine” encontra-se inserido num panorama de suma importância para a história da França, o período que antecede a Revolução Francesa. Tal evento foi responsável pela modificação da mentalidade mundial no tocante à organização socioeconômica, uma vez que proferiu a dinamização de ideias intimamente ligadas ao Iluminismo. Dessa forma, esse país:

“(…) deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa.” (HOBSBAWM, 1997, p.84).

O recorte temporal aqui estudado tratará de descrever o panorama socioeconômico e científico francês oitocentista, deixando os pormenores da Revolução Francesa a cargo de outros trabalhos. Tal limitação justifica-se pela intenção de se compreender o período em que se encontra inserido o livro trabalhado, do ponto de vista científico, procurando prováveis explicações para a iniciativa de sua confecção.

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas principalmente pelo período de recusa às antigas formas de regime monárquico e suas inclinações na economia, até então em voga na Europa em sua totalidade, o tão conhecido *antigo regime*. As agitações políticas desencadeadas pelas novas ideologias que buscavam o rompimento dessa forma de governo – diretamente influenciado pelo feudalismo – foram o incentivo para ocorrer movimentos separatistas, como foi o caso dos EUA, Irlanda, Bélgica, Holanda e Inglaterra, totalizando um cenário revolucionário, no qual aquela movimentação instaurada em território francês era apenas mais um exemplo, porém a de maior alcance e repercussão.

Segundo Hobsbawm, tal fato se deu devido à condição da França como maior país da Europa – excetuando a Rússia – no tocante à população e poder e, à configuração desta revolução como puramente social de massa. A rivalidade já observada entre França e Grã-Bretanha no ponto de vista da economia externa, embora presente grande influência na gênese desse movimento, não constitui seu motivo chave, levando a cabo uma reflexão acerca da situação social da França no período, principal motivo que desencadearia a Revolução.

O elemento denominado pelo próprio Hobsbawm de “reação feudal” representa certamente “a centelha que fez explodir o barril de pólvora da França” (HOBSBAWM, 1997, p. 87). A sociedade francesa nesse período encontrava-se segregada em três estados ou classes, de acordo com seu poder aquisitivo: o *clero*, a *nobreza* e a *burguesia*.

O *clero*, a classe formada por mais de 120 mil indivíduos da esfera religiosa – divididos em alto clero e baixo clero – era a mais beneficiada dentre todas, embora possuísse em seu interior um abismo social entre seus representantes:

“(…) constituía o primeiro estado. Enquanto a população conservasse a sua aguda consciência da escolha entre a salvação eterna e a condenação na vida após a morte, o prestígio do primeiro estado estava assegurado, pois só a Igreja proporcionava os meios de salvação.” (SHENNAN, 1985, p. 11).

A *nobreza*, por sua vez, embora ocupasse um lugar inferior ao clero, constituía-se por representantes que variavam entre nobreza provinciana – proprietários de terras e nobres de “sangue” – e nobreza de toga – burgueses que possuíam tal título por meio da compra desses junto à coroa. Essa diferenciação, embora indicasse a proveniência do título, nada representava quanto ao privilégio concedido pelo rei, que era um só para ambos. Entretanto, o poder dessa classe mantinha-se em decadência, pois:

“A monarquia absoluta, conquanto inteiramente aristocrática e até mesmo feudal no seu *ethos*, tinha destituído os nobres de sua independência política e responsabilidade e reduzido ao mínimo suas velhas instituições representativas ‘estados’ e *parlements* (HOBSBAWN, 1997, p. 87).

Hobsbawm declara que este estado era formalmente impedido de exercer funções de ofício ou profissão que trouxessem reconhecimento financeiro, estando destinados a sobreviver à custa de rendas provenientes de suas propriedades, casamentos ou “sinecuras da corte”²⁴. Mas o status de nobre carecia de gastos que tais funções por vezes não supriam, reduzindo suas rendas, o que desencadeou a tomada de postos oficiais e extorsão de dinheiro – fazendo uso de seus direitos feudais – do terceiro estado.

O terceiro estado compreendia a maioria da população francesa da época e dividia-se em três grupos: alta burguesia, grande empresários, agiotas, etc.; média burguesia, professores e advogados e pequena burguesia, artesãos e pequenos comerciantes. O campesinato era a classe mais oprimida e não possuía privilégios junto à corte, sendo

²⁴ Tipo de emprego ou função, mais comumente em cargo público, que não exige trabalhos ativos.

a responsável pela manutenção da ordem social, por meio do pagamento de impostos, como destaca o excerto abaixo:

“Mais de 80% da população trabalhava na terra e talvez cerca de um quarto de toda a terra da França pertencesse aos camponeses. Uma minúscula minoria era constituída por agricultores em larga escala e havia camponeses que possuíam terra suficiente para alimentar suas famílias. Mas a maioria, com pouca terra ou sem terra alguma, tinha de completar seu rendimento trabalhando para vizinhos mais próximos. Constituindo a base não privilegiada da sociedade, estavam todos sujeitos aos impostos governamentais, como a *taille*, e ao trabalho sem remuneração nas estradas reais, a *corvée*.” (SHENNAN, 1985, p. 18).

O descontentamento crescente da terceira classe, no tocante à sua condição desfavorável, era então adicionado aos problemas financeiros da monarquia. Ciente de tais dificuldades, a corte francesa idealiza as reformas de 1774-76, que foram facilmente derrubadas pela nobreza – *parlements* – que buscava manter seus interesses priorizados.

O Iluminismo também ofereceu subsídios para a modificação do pensamento obsoleto vigente no final do século XVIII na França. Ele tinha como principal objetivo a promoção do intercâmbio intelectual em detrimento dos conhecimentos medievais de valorização do Estado e da Igreja. Foi por intermédio deste, que iniciaram os trabalhos no campo das Ciências Naturais, contribuindo por uma maior valorização dessa área na sociedade da época.

A segunda metade do século XVIII foi caracterizada pelo vigor da segunda fase do iluminismo, onde, buscando afastar-se das concepções mecanicistas da natureza idealizadas pela Revolução Científica do século XVII, tomava-se por base os conceitos vitalistas²⁵ veiculados pelas emergentes Ciências da Vida. Esse período foi marcado por um grande desenvolvimento da biologia, com o surgimento das bases teóricas dessa área desenvolvidas pelo Conde de Buffon²⁶ e por Carolus Linnaeus, sendo este último responsável pela criação da taxonomia. Essa área da biologia responsável pela classificação e nomenclatura das espécies ofereceu um amplo campo de trabalho para os pintores naturalistas, como François Nicolai Martinet e deu início a um hábito que viria a ser muito comum à época, o registro de novas espécies. Tal fato possivelmente contribuiu para a produção do Dorades de La Chine enquanto catálogo da espécie *Carassius auratus* – mesmo este se utilizando de nomenclaturas fantasiosas

²⁵ Posição filosófica que defende a existência de uma força vital sem a qual a vida não poderia ser explicada.

²⁶ Georges-Louis Leclerc, naturalista, matemático e escritor francês.

atribuídas por seu autor, Edme Louis Billardon de Sauvigny, figura que veremos a seguir.

O autor - Edme Louis Billardon de Sauvigny

Edme Louis Billardon de Sauvigny, homem de letras e dramaturgo Francês, nasceu próximo à La Rochelle aos quinze dias de março de 1738 e faleceu aos dezenove de abril de 1812.

Sauvigny chegou a dedicar-se à carreira militar, por influência de seu pai, sendo admitido como guarda-costas de Stanislaus Leszczyński, rei da Polônia e Duque de Lorraine. De volta à Paris em 1762, consolidou-se enquanto poeta privilegiado pela Condessa Du Barry. Era também membro da Ordem Real e Militar de São Luís (Royal et Ordre Militaire de Saint-Louis), pertencendo à classe de cavaleiro. Tal título só poderia ser transmitido hereditariamente e obedecendo à condição de ser indivíduo católico e praticante e que estivesse há, no mínimo, dez anos em serviço num posto oficial da Marinha ou Exército.

Edme Louis Billardon de Sauvigny estabilizou-se finalmente enquanto escritor, escrevendo para a Comuna de Paris e publicando diversas obras de sua autoria como, por exemplo, “La Mort de Socrate, tragédie en 3 actes”, em 1763 – seu único trabalho dramático – e “Abdir”, no ano de 1785 – drama em quatro atos sobre a revolução americana. (WIKIPEDIA, 2014).

O ilustrador - François Nicolas Martinet

François Nicolas Martinet nasceu em 1731, na França e foi educado para ser engenheiro e projetista. Poucos se têm registro acerca da vida desse artista, entretanto, sabe-se que se dedicou às ilustrações, inicialmente, em caráter de ocupação secundária, mas dada a sua popularidade, acabou consolidando-se permanentemente como ilustrador e naturalista. Ele tinha um filho, Alexandre, que o ajudava na confecção de alguns trabalhos na área.

Martinet tornou-se conhecido pelos seus trabalhos no tocante à ornitologia²⁷ – destacando a obra “L'Histoire des oiseaux, peints dans leurs aspects apparents et sensibles” – onde desenvolveu uma habilidade de transferir aos desenhos de aves, a

²⁷ Ramo da zoologia responsável pelo estudo sistemático das aves.

ideia de realismo, que não é facilmente adquirida. Ele veio a falecer entre os anos de 1780 e 1790, deixando um legado de ilustrações em importantes bibliografias que chegaram até nossos dias. (SMITHSONIAN, 2014).

O dourado – *Carassius auratus*

Chamados vulgarmente de dourados, os exemplares da espécie *Carassius auratus* pertencem à família Cyprinidae e são comuns atualmente em aquários de todo o mundo.

Inicialmente utilizados com fins alimentícios, estes peixes foram domesticados pelos chineses durante a dinastia Song (ou Sung) – compreendida pelo período dos anos de 960 a 1279 – e tornaram-se comuns durante a dinastia Ming – 1368 a 1644 – (SMARTT, 2001, p. 14-15) quando começaram a surgir diversas variedades distintas das originais selvagens, em decorrência do ambiente protegido em que viviam, sem riscos predatórios. A seleção de reprodutores se dava com o intuito de selecionar os peixes que possuíam maior valor estético, seja por suas cores vivas ou por suas características modificadas.

Acredita-se que a chegada dos primeiros dourados à Europa ocorreu em meados do século XVII, como declara Joseph Smartt:

“The first introduction of the goldfish to Europe was to Portugal. The Portuguese had established a port in Macao in 1557 and it seems likely that the first live goldfish to be sent to Europe came to Portugal, perhaps in the seventeenth century.” (SMARTT, 2001, p. 25).

Durante o século XVIII, os exemplares do *Carassius auratus* foram distribuídos por toda a Europa, vindo a ser introduzido na Rússia no ano 1791 e nos Estados Unidos em 1874. (SMARTT, 2001, p. 25).

Tratamos aqui do estudo histórico do livro *Dorades de La Chine* – do ponto de vista do período em que ele está inserido, seus idealizadores, seu objeto de estudo e suas informações intrínsecas – com a finalidade de oferecer uma base historiográfica da importância dessa obra rara para antes das intervenções que iremos realizar, o que veremos no capítulo que se segue.

6. MATERIAIS E MÉTODOS

O livro *Histoire Naturelle des Dorades de La Chine* constitui um campo fértil para estudos na área de conservação preventiva de bens culturais uma vez que se encontra degradado pela ação do tempo e das condições em que foi armazenado durante sua existência. Diante dessa condição, este capítulo será responsável por trabalhar o material constituinte do livro e as ações na área da conservação que puderam ser realizadas com a peça, buscando sua reestruturação.

6.1 Constituição do livro

Para antes do diagnóstico do Dorades de La Chine, enquanto obra passível de intervenção na área de conservação, iremos aqui trabalhar com as partes constituintes de um livro em geral, para que se possam fixar termos que serão utilizados a seguir. Dessa forma dividiremos os elementos constituintes de um livro como materiais e textuais, como elucida o excerto que se segue:

“Os *elementos materiais* são os que compõem a parte física do livro e através dos quais o livro é visto como um objeto cultural. O livro deve ter uma impressão clara, papel de qualidade e encadernação resistente. Os *elementos textuais* são os que compõem a parte intelectual ou o conteúdo do livro. Para que a transmissão da ideia seja feita com clareza, o conteúdo deve estar normalizado e bem organizado” (SOUZA e LIMA, 2007, p. 1).

Trataremos aqui apenas dos elementos materiais, os quais iremos aqui dividi-los em três principais partes, a saber:

A capa que se constitui como o “invólucro do livro, sua proteção externa” (SOUZA e LIMA, 2007, p. 6) incluindo a capa de frente e a capa de fundo; a lombada que constitui a parte lateral do livro, onde se encontram unidas suas folhas e o miolo, termo utilizado para designar as páginas do conteúdo do livro, onde figuram os elementos textuais (pré-textual, textual e pós-textual).

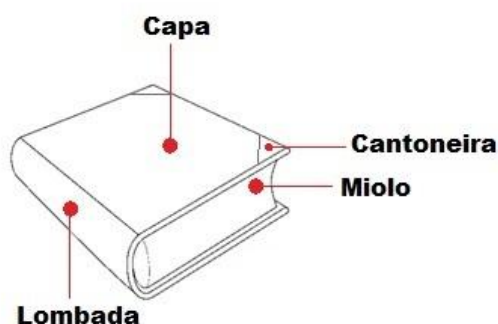


Figura 3 – Esquema de partes do livro. Fonte: Edição pessoal

Do ponto de vista dos elementos materiais o Dorades da La Chine é, em quase toda sua totalidade, confeccionado em suporte em papel, possuindo algumas pequenas partes constituídas por couro e tecido, como é o caso de sua capa e lombada, como podemos verificar nas imagens abaixo.



Figura 4 – Fundo da capa da obra. Foto: Thaís Vaz



Figura 5 – Frente da capa da obra. Foto: Thaís Vaz



Figura 6 – Lombada da obra. Foto: Thaís Vaz

O invólucro externo do livro, como podemos observar nas fotografias, encontra-se em péssimas condições de conservação, apresentando rasgos e rompimento do tecido que anteriormente serviu à estrutura. Estes elementos constituintes do livro estão parcialmente soltas uma das outras, estando a capa frontal totalmente desunida do conjunto restante. Há também grande desgaste do papel utilizado para forro da capa, de coloração bege e marrom abstrata, o qual se encontra desfazendo nas mãos em forma de pó. O livro também possui cantoneiras em couro colorido, o que oferece maior proteção às extremidades, evitando rasgos e amassados – embora estes elementos estejam presentes no exemplar em questão. Na união entre a lombada e a capa frontal, podemos observar o rompimento da estrutura original, revelando as camadas utilizadas na confecção do livro, onde podemos destacar aqui a existência de uma camada responsável por conferir rigidez ao conjunto.

A lombada, completamente descolada do miolo do livro, possui ainda inscrições em letras douradas indicando o título do livro e seu autor Martinet – aqui entendido como ilustrador – e é dividido por cinco nervuras. Tal situação carece de intervenção

imediate, uma vez que favorece o extravio da capa frontal e perda da originalidade do livro. Esse processo de restauração da capa só deve ser realizado por profissionais da área, como é o caso do Centro de Pesquisa e Restauração do Livro Raro pertencente à Faculdade São Bento da Bahia adjunta ao Mosteiro de São Bento da Bahia, na cidade de Salvador.

O miolo do livro – o conteúdo interno à capa – é composto de suporte em papel de alta gramatura²⁸ e alta qualidade, fabricado por meio da utilização de fibras vegetais longas. Tal composição das folhas decerto contribuiu para que o livro conservasse suas características originais, mesmo nas péssimas condições em que foi submetido, estando disponível por mais de duzentos anos. Embora haja o desgaste natural do material celulósico, como já é sabido, as folhas do nosso livro apresentam vestígios claros da presença anterior de insetos xilófagos, possivelmente brocas. Esses insetos alimentam-se da celulose encontrada nos papéis resultando em furos em sucessivas folhas, o que acaba ameaçando a integridade física da obra.

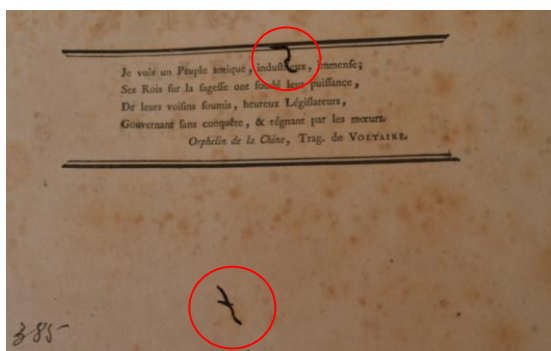


Figura 7 – Página degradada por ataque de insetos xilófagos I. Foto: Thaís Vaz.

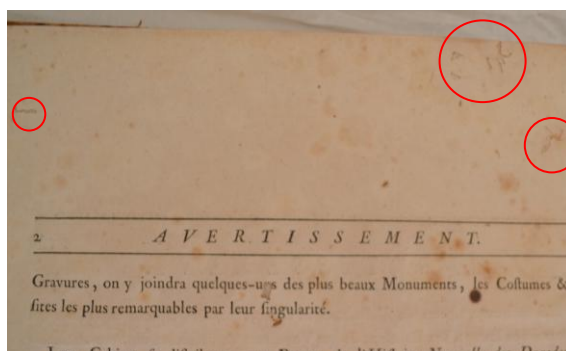


Figura 8 – Página degradada por ataque de insetos xilófagos II. Foto: Thaís Vaz.

Felizmente o ataque desses agentes não foi tão devastador na obra em questão, sendo responsável apenas por pequenos orifícios em algumas páginas, o que não dificulta a leitura dos textos do início, nem a observação das pranchas ilustrativas – já que nenhuma destas foi atingida de forma considerável. Essas gravuras ainda conservam, satisfatoriamente, as características originais de quando foram aquareladas por Martinet, embora duas delas tenham sido furtadas. Trata-se das imagens representativas de duas variações denominadas “Nin-eubk-yu ou Nymphes, l’Agréable” e “Kin-yu, Le Vermillon” identificadas por meio da numeração de prancha 24 e 25. É evidente que tais informações do livro não poderão ser recuperadas,

²⁸ Medida da espessura e densidade de um papel, expressa em gramas por metro quadrado (g/m²). (WIKIPEDIA, 2014).

entretanto podemos sanar parcialmente tal falta disponibilizando aqui cópias idênticas daquelas outrora extraviadas²⁹.

As pranchas possuem uma película protetora, semelhante a um falso tecido, que se responsabiliza por absorver qualquer umidade que por ventura possam afetar a pintura em aquarela, bem como protegê-la do atrito da folha de papel anterior, ajudando a preservá-la.

O Dorades de La Chine, por ter sido submetido a diversas fontes de umidade no período em que foi acondicionado incorretamente, adquiriu também condições propícias para o desenvolvimento de fungos. Nas folhas do interior do livro, mais especificamente naquelas que protegem a ilustração, é possível identificar colônias de fungos pelas manchas arredondadas e escurecidas que eles produzem em sua superfície. Estas são irreversíveis e ameaçam a estética da obra, além de causar enfraquecimento das fibras. A presença de lignina no composto celulósico é responsável pela coloração amarelada que o papel possui.

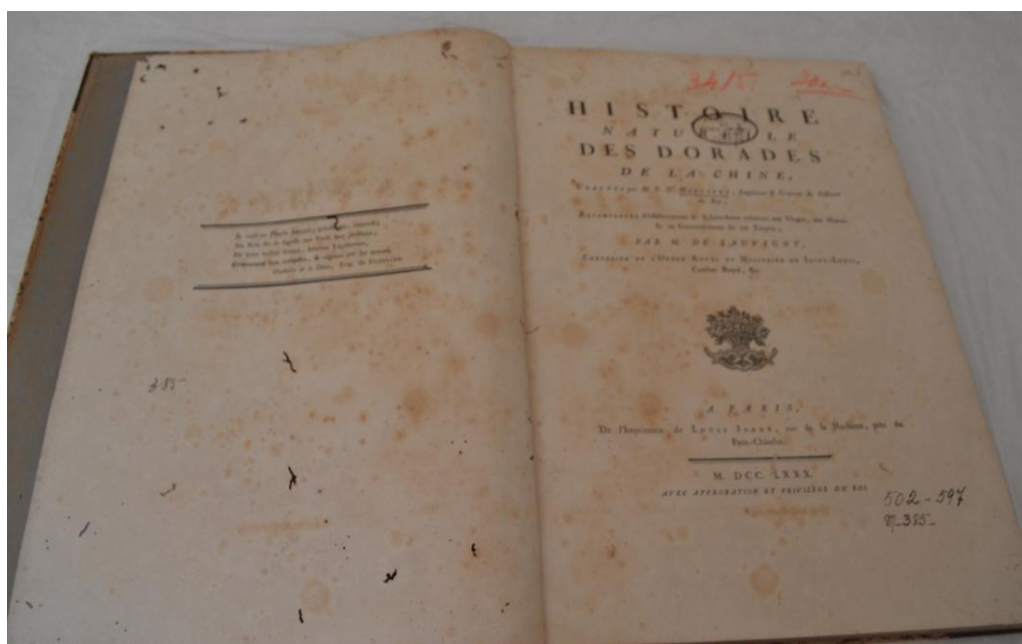


Figura 9 – Páginas com a presença de manchas amareladas. Foto: Thaís Vaz

As pranchas ilustrativas de Martinet estão organizadas em uma espécie de índice no início do livro, onde figuram a espécie do dourado e as variações possíveis de coloração e características diversas. Tal índice obedece a uma numeração de acordo com aquela atribuída a cada prancha e foi confeccionado em tinta ferrogálica e escrito manualmente. Essa tinta, que é “basicamente, uma mistura de sulfato de ferro, um

²⁹ Vide Anexo I, p. 82 e Anexo J, p. 83.

extrato rico em taninos de certas vesículas de origem vegetal e goma arábica em um líquido que pode ser água, vinho ou vinagre” (ANDRADE, 2000, p. 121). Foi utilizada em larga escala em substituição à tinta de carbono e seu uso estendeu-se até meados do século XX. Embora muito comum em documentos manuscritos, essa tinta, segundo Gessônia Leite de Andrade (2000, p. 122) favorece a degradação dos papéis, uma vez que acelera a hidrólise ácida e a oxidação da celulose, resultando num suporte quebradiço, escurecido e com a presença de halos em torno da escrita, transferência desta para páginas vizinhas e verso da página e por fim, perda do suporte. A pequena parcela da obra escrita com essa tinta, felizmente, se mantém em boas condições de conservação, apresentando apenas pequena difusão da tinta ferrogálica para áreas além da escrita propriamente dita e rompimento do papel em alguns poucos locais, o que não dificulta sua leitura, exceto por tratar-se de uma caligrafia distinta e com caracteres desconhecidos a um leigo.

Há também, no miolo do livro, impressões de autoria da gráfica responsável, que abrange desde caracteres simples, até desenhos mais elaborados, como é o exemplo das figuras que antecedem o título do livro, que se seguem:



Figura 10 – Gravura detalhada produzida por meio de prensa de tipos móveis I. Foto: Thaís Vaz.



Figura 11 – Gravura detalhada produzida por meio de prensa de tipos móveis II. Foto: Thaís Vaz.

A impressão do Dorades de la Chine se deu, provavelmente, por meio da utilização de prensas de tipos móveis, idealizadas por Johannes Gutenberg no século XV. Essa forma de imprimir textos consiste na aplicação de pressão em um suporte, com tinta e posteriormente transferência em um suporte de escrita, possivelmente papel ou tecido – produzindo também mapas, diagramas, tabelas e imagens altamente detalhados. Essa hipótese se deriva da constatação de marcas de pressão nos locais dos caracteres e desenhos, produzindo um efeito de baixo relevo na superfície impressa e alto relevo no seu verso – o que favorece o aparecimento de vincos no papel.

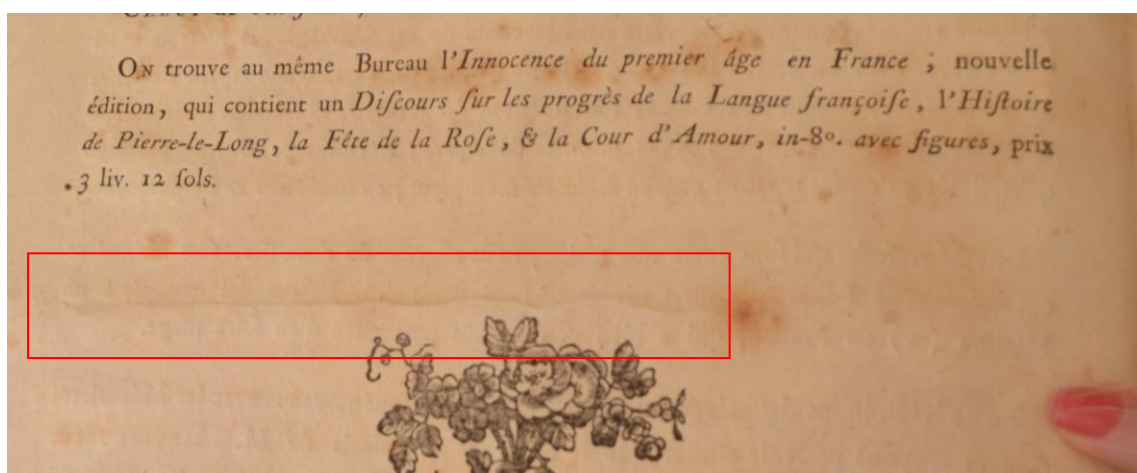


Figura 12 – Página com vincos, devido à impressão sob pressão no verso. Foto: Thaís Vaz.

Todo e qualquer acervo deve ser reparado, via de regra, por meio da utilização de recursos que possibilitem o retorno à versão original – mesmo que incompleta – ou seja, é imprescindível que tais reparos sejam reversíveis. Nosso livro, por sua vez, não pode gozar dessa prerrogativa, uma vez que esteve inserido em um período em que não se valorizava a Ciência da Conservação. Os antigos responsáveis pela manutenção da integridade física dessa obra, com o intuito de preservá-la, efetuaram reparos indevidos e altamente nocivos a este acervo, encobrindo os danos causados por agentes de deterioração com fitas adesivas e pequenos recortes de papel colado de origens desconhecidas.

Essas ações favorecem a degradação do livro, pois associam materiais de natureza ácida ao papel, acidificando-o, ao passo que a difícil retirada destes, pode causar novos rompimentos da fibra.



Figura 13 – Reparo na obra com recorte de papel colados. Foto: Thais Vaz.

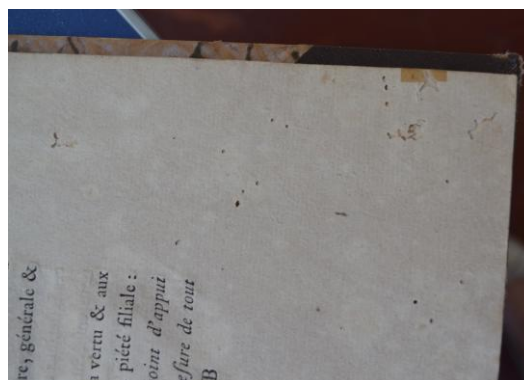


Figura 14 – Reparo na obra com fita adesiva. Foto: Thais Vaz

Inscrições em acervos bibliográficos também são indesejadas, uma vez que prejudica a estética do livro e pode, devido à sua composição, desencadear reações químicas que favoreçam a sua degradação. Este é um elemento presente no exemplar aqui estudado, onde referências acerca de seu registro da biblioteca de origem figuram em suas primeiras páginas, bem como na lombada, escritos ou pintados respectivamente – ao invés de serem expressos em etiquetas presas à obra. Existem também outras inscrições que não puderam ser identificadas, que se assemelham a carimbos, podendo vir a registrar que esta obra pertencia a determinada coleção, instituição ou indivíduo. Tal hipótese não pôde ser questionada em decorrência da ausência de informações acerca da origem do livro. Há também o carimbo da “Bibliotheca da Escola Agrícola da Bahia”, como já foi citado³⁰, ele está presente em diversas páginas, inclusive naquelas que possuem ilustrações – encontra-se sobre a gravura.

A apreciação das condições do livro *Dorades de La Chine* e o entendimento do meio museológico em que ele encontra-se inserido, nos motivou a realizar trabalhos na área da Ciência da Conservação. Cientes das prerrogativas da Ciência da Conservação, enquanto área aplicada à preservação de acervos realizamos o processo de higienização da obra, buscando uma melhor adequação desse material ao acervo do MEASB, que trataremos no tópico seguinte.

6.2 Higienização

Todos os procedimentos realizados com a obra foram desenvolvidos dentro do espaço pertencente ao MEASB, em Cruz das Almas, evitando o deslocamento desnecessário dessa peça até o Laboratório de Conservação de Bens Culturais, na cidade de

³⁰ Vide Anexo L, p. 84.

Cachoeira, Bahia. Com o intuito de prezar pela segurança pessoal e do acervo, foram utilizados EPIs³¹ como guarda-pós, luvas e máscaras.

Inicialmente foi realizada uma vistoria geral na obra, a fim de identificar os problemas que iríamos enfrentar no que tange às ações conservativas. Findada tal etapa e feitos os apontamentos necessários, deu-se início a higienização do acervo, propriamente dita. O processo de higienização destinou-se à limpeza mecânica do exemplar, buscando eliminar poeira e detritos, que pudessem vir a prejudicar quimicamente e esteticamente a obra. Esse tratamento constitui-se como um dos principais passos para a conservação de acervos, sendo imprescindível para a correta preservação de acervos bibliográficos, pois:

“Dentre todas as vantagens que apresenta, há uma, ou seja, a eliminação do máximo possível de todas as sujidades extrínsecas às obras, que é inerente ao seu próprio desenvolvimento e tem um caráter de destaque, na medida em que compõe uma sistemática de limpeza de volumes e estanterias. Além disso, estabelece uma frequência na identificação de qualquer tipo de ataque de microorganismos ao acervo, através de uma simples ação que podemos chamar de monitoramento.” (SPINELLI, 1995, p. 40).

Foi utilizada para tal finalidade, uma trincha $\frac{3}{4}$ de polegada, de cerdas macias em toda a extensão do livro, principalmente na lombada e nas áreas de cabeça e pé, que há maior acúmulo de poeira. A limpeza se deu de forma a retirar toda a sujeira acumulada com movimentos para fora do livro e em local que não oferecesse perigo de contaminação dos demais acervos. As folhas foram higienizadas de uma a uma, prezando pela integridade física dos elementos que a compunham e procurando eliminar o máximo possível de partículas de poeira entre as dobras. As gravuras, por sua vez, foram higienizadas com o auxílio de trincha, procurando realizar o mínimo possível de atrito.



Figura 15 – Higienização de gravura da obra.
Foto: Milena Lima.



Figura 16 – Higienização de página impressa da obra. Foto: Milena Lima

³¹ Equipamentos de Proteção Individual.

Depois de finalizado esse procedimento, focamos nossas atenções na presença de fitas adesivas presentes no livro, a fim de removê-las com segurança. Para tal ação foram utilizados bisturis e estiletes, sempre cuidando para não afetar o suporte.



Figura 17 – Remoção de fita adesiva. Foto: Milena Lima

Uma vez removidos todos os materiais prejudiciais à obra, sem danos à estrutura original, foi realizada uma segunda higienização com trincha, para eliminar quaisquer vestígios da remoção. Esta ação serviu para certificar que a obra estaria isenta de outras impurezas, quando do seu acondicionamento em papel alcalino, nos armários de aço do MEASB, favorecendo sua preservação enquanto acervo, ao passo, que contribui para a organização dessa nova instituição.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MEASB, por sua condição de instituição ainda em organização não dispõe de toda a infraestrutura necessária para abrigar acervos de tamanha importância, como é o caso do *Histoire Naturelle des Dorades de la Chine*. Este constitui uma obra de grande destaque para sua instituição de guarda, uma vez que trata-se de uma raridade bibliográfica, que necessita de grande atenção por parte dos gestores. A documentação de todas as peças ainda não foi concluída, por este motivo, realizamos o preenchimento da ficha de cadastro de acervo bibliográfico (Ficha de Registro) para controle interno. Esta ficha contém informações intrínsecas do livro, como título, autor, ano de publicação, país de publicação e dimensões.

Para uma correta gestão do acervo pertencente ao MEASB, é necessária a promoção de estágios curriculares, a fim de adquirir pessoal para realizar os processos internos que esta instituição carece. Tal ação aceleraria a confecção dos registros das peças e manteria os acervos sempre higienizados, evitando maiores problemas.

O livro aqui estudado, embora tenha passado pela etapa de higienização, ainda carece de intervenção, principalmente na estrutura de sua capa, que encontra-se deteriorada e descolada. Para realizar essa restauração é necessário o envio dessa obra ao Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador. Infelizmente o MEASB não possui verbas suficientes para custear este processo, ficando este a cargo da PROEXT e da UFRB, ou sob a proposta de financiamento por meio de editais de fundos de cultura. As folhas do livro também necessitam de reparos, que deverão ser feitos com a utilização de papel japonês e cola de metilcelulose, entretanto, estes materiais, pelos seus altos preços, não puderam ser obtidos pela instituição, impossibilitando a realização dessas tarefas. A confecção da caixa de acondicionamento para a obra – que tínhamos como objetivo – também foi impraticável, já que não havia fundos para tal fim.

É difícil traçar parâmetros das condições favoráveis para a conservação desse livro, uma vez que o espaço do MEASB não dispõe de reserva técnica e monitoramento permanente de temperatura e umidade. O espaço onde se encontram acondicionadas as peças possui aparelhos condicionadores de ar, porém, o mesmo não permanece ligado todo o tempo, nem há regras para seu ligamento, o que resulta numa grande variação de temperatura e umidade, altamente nociva aos acervos. Em linhas gerais esta obra deverá permanecer entre os 20° e 22° C de temperatura e entre os 50 e 60% de umidade relativa, para preservar suas características e evitar rápida degradação.

Também é de suma importância a realização de higienização periódica, tanto nesse exemplar, quanto nos demais, bem como a limpeza do ambiente.

Para tanto, faz-se necessária a salvaguarda do patrimônio da UFRB, por meio do exercício do MEASB, enquanto instituição museológica responsável pela preservação de acervos. Desta forma, deve-se contribuir para consolidar esta instituição como museu da região, atraindo interessados no acervo para pesquisas e difusão de conhecimento acerca do ensino agrícola no estado da Bahia e suas áreas afins, além de estudos inseridos na área da museologia.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO FERNANDEZ, Luis. Museologia y museografía. 3. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006 383 p.

ALTIERI, Júlio Monteiro; ROCHA, Renan Lúcio. A prensa, os tipos romanos e os itálicos no mundo textual renascentista. Revista Contemporânea, Ed.18, Vol.9, nº 2, 2011.

ANDRADE, Gessônia Leite de. A corrosão do suporte celulósico pela tinta ferrogálica. In: Anais do X Congresso da Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais: Desafios da preservação do patrimônio cultural. Pompéia, São Paulo, 2000. 120-125.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. A escola agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930). 206 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UEFS, 2006.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 374 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BACELAR, Jorge. Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. 1999.

BARCELLOS, Jorge. O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: Conceitos e práticas de um conteúdo. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

BARICKMAN, Bert Jude. Um Contraponto Baiano, Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 445 p.

CAMPOS, Arnaldo. Breve historia do livro. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1994. 234p.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas, 80 p. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de Castro. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CASTRO, Heizir F.. Papel e Celulose (apostila). Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena. 2009. 30 p.

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. Estudos Avançados. [online]. 1994, vol.8, n.21, pp. 185-199.

CHRISTO, Tatiana Ribeiro; ALMEIDA, Thais Helena. Projeto Inquisição de Goa Introdução de novas metodologias no tratamento de documentos à tinta ferrogálica no Laboratório de Restauração da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: Anais do XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Florianópolis, SC, Brasil, julho de 2013.

COSTA, M. F. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. (S.l.): FIOCRUZ, 2003. 14 p.

D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero; MONTEIRO, Maria Beatriz Bacellar; BARBOSA, Patrícia de Souza Medeiros. Fungo em papéis para imprimir e escrever. Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, Brasil.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus; In: Caderno de Diretrizes Museológicas. I. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0 - Edição eletrônica autorizada à POSITIVO INFORMÁTICA LTDA, 2004.

François Nicolai Martinet – Smithsonian Libraries. Disponível em:<
<http://www.sil.si.edu/DigitalCollections/NHRareBooks/Martinet/martinet-introduction.htm>> acesso em 12 de fevereiro de 2014.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. 2. Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva. Belo Horizonte: EBA-UFMG; IPHAN, 2008 (Cadernos Técnicos - Tópicos em Conservação Preventiva). Disponível em: <<http://www.lacicor.org/demu/pdf/caderno2.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

Fundação LAMF: Cupins e brocas. Disponível em <http://www.fundacaolamf.org.br/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=50> Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

Gama Gases: Propriedades dos gases, disponível em <http://www.gamagases.com.br/propriedades_dioxidodeenxofre.htm> Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. A economia do império brasileiro. Coordenação de Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 2004. (Discutindo a História do Brasil). 112 p.

HIGOUNET, Charles. História Concisa da Escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOBBSAWM, Eric John. A era das revoluções, Paz e Terra, 10ª edição, 1997.

JAGUARIBE, Helio; DOSCTORS, Marcio. A Cultura do papel. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Eva Klabin Rapaport : Casa da Palavra, 1999. 192p.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. Revista Crítica Histórica Ano II, Nº 4, Dezembro/2011, p. 248-264.

MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILÁQUIA e BAPTISTA Fátima e Antonio Carlos Nunes. Conservação: conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MILEVSKI, Robert J. Manual de pequenos reparos em livros. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2001.

NETA, Ana Anita. A escrita como fator determinante para o desenvolvimento da humanidade. 33 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

NUNES, Fabiana Glória Costa. A evolução da edição gráfica. Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Letras. SOLETRAS, Ano X, Nº 19, jan./jun.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010 – Suplemento. 10 p.

OGDEN, Sherelyn. Meio Ambiente – Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, W. F. A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX. Salvador: FCJA; UFBA - Centro de Estudos Baianos, 1999. 156 p.

PALAZZO, Carmem Lícia. Os jesuítas na China: especificidades da missão chinesa e contraponto com as atividades no Brasil. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo. Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade. In: Coppe/UFRJ. Coleção Engenho e Arte. Rio de Janeiro: E – Papers Serviços Editoriais, 2004. V. 7.

Portal da Legislação – Governo Federal. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>> Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

REZENDE, Joelito de Oliveira. Recôncavo Baiano, berço da Universidade Federal Segunda da Bahia: passado, presente e futuro. Salvador, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. História e Revolução: A Revolução Francesa e uma nova idéia de história. Dossiê Revolução Francesa. Revista USP, março, abril e maio, 1989, p.12-18.

RODRIGUES, Maria Solange P. Preservação e conservação de acervos bibliográficos (minicurso). In: IX Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI. Curitiba, 2007. 158 p.

SALUN, Alfredo Oscar. Revolução Francesa: Cinema e Historiografia. Revista Eletrônica Todas as Musas. Ano 2, nº 1, julho-dezembro 2010. ISSN 2175-1277, 12 p.

SANTOS, Arianne Oliveira. A lacuna documental no Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia. 75 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Curso de Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.

SHENNAN, J. H. A França antes da revolução. Lisboa: Gradiva, 1985, c1983. 55p.

SMARTT, J. Goldfish varieties and genetics: a handbook for breeders. Oxford; Malden, MA: Blackwell Science, 2001. 1 online resource (viii, 216 p.), ill. (some col.). Includes bibliographical references (p. [205]-208). ISBN 6611312943. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/9780470999790>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

SOUZA, Diego Silva de; LIMA, Vanessa Ribeiro. As partes de um livro. Marília, São Paulo, 2007. 17 p.

SOUZA, Ivan Pereira. Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar. 107 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Conservação preventiva: controle ambiental. In: Tópicos em conservação preventiva nº 5. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SPINELLI JUNIOR, J. Introdução à Conservação de Acervos Bibliográficos: Experiência da Biblioteca Nacional. Anais da Biblioteca Nacional / Coleção Pesquisa e Prática; n.1, v. III. 1995.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação preventiva de acervos - Florianópolis: FCC, 2012. (Coleção Estudos Museológicos, v.1). 74p.

The Academy of Natural Science of Drexel University: Fantastic goldfish. Disponível em <<http://ansp.org/explore/online-exhibits/stories/fantastic-goldfish/>> Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. “A Salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages” em Revista da FAGEDUFBA. nº 4, Salvador.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: uma experiência e um exemplo histórico. Salvador: Correio da Bahia, 28/7/1980. UFBA, 2000: 27-37.

USP. Conservação Preventiva de Documentos em Arquivos: uma abordagem inicial. (Cartilha) In: 1º GEPEA, Gestão de protocolo, expediente e arquivo da USP. Pirassununga, São Paulo, julho 2008. 30 p.

VILAS-BÔAS, Adjane Conceição. A conservação do acervo e revitalização da biblioteca municipal Ernesto Simões Filho. 68 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Curso de Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. Estudos Avançados; volume 3, número 6, páginas 25-45. Agosto 1989.

WARD, Philip R. La conservación: el porvenir del pasado. In: Revista Museum, UNESCO, 1982.

WOLF, Edwin. Legacies of Genius: A Celebration of Philadelphia Libraries – a selection of books, manuscripts and works of art. Philadelphia Area Consortium of Special Collections Libraries, Philadelphia, 1988. 267 p.

ZUBIAUR CARREÑO, Francisco Javier. Curso de Museología. Gijón (Austúrias): Ediciones Trea, 2004. 394 p.

ANEXOS

COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1859.

TOMO XX. PARTE I.

DECRETO N.º 2.506 A — de 18 de Novembro de 1859.

Approva os Estatutos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Hei por bem approvar os Estatutos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, assignados pela Directoria e Conselho Fiscal do mesmo Instituto.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio da Bahia em dezoito de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João de Almeida Pereira Filho:

ANEXO B – Imagem do prédio central da IEAB em São Bento das Lages.



Prédio Central da Escola Agrícola da Bahia, em S. Bento das Lages.

Fonte: SANTOS, Arianne Oliveira. 2010, p. 48.

ANEXO C – Imagens atuais das ruínas do prédio central da IEAB, em São Bento das Lages.



Fotos: Thaís Vaz e Milena Lima, 2014.

ANEXO D – Prédio sede do MEASB, no campus da UFRB, em Cruz das Almas.



Fonte: <<http://www.ufrb.edu.br/memorial/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

ANEXO E – Portaria Nº 237/2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 237/2006

O MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de preservar a memória da ciência e tecnologia no Brasil a partir do patrimônio que constitui o acervo bibliográfico, histórico, artístico e tecnológico da Escola Agrícola da Bahia, primeira instituição de ensino superior agrícola da América Latina,

RESOLVE:

Instituir o Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, bem como designar os servidores abaixo relacionados para compor o referido Grupo.

- I - Ana Cristina Audegart Ramos de Oliveira (Museóloga) – titular, que o coordenará.
- II - Rita Maria de Cássia Dória - (Museóloga) – suplente
- III - Henry Luydy Abram Fernandes (Museólogo)
- IV - Cristina Ferreira Santos de Souza (Museóloga)
- V - Luís Antônio Silva Araújo (Historiador)
- VI - Cláudia Bloisi Vassalho Sampaio (Engenheira Agrônoma)
- VII - Maria das Graças Andrade Dias (Arquiteta)
- VIII - Luiz Fernando Araiva (Historiador)
- IX - João da Silva Gonçalves (Gestor do Núcleo de Eventos da PROEXT)

Este Grupo de Trabalho, Extensão e Pesquisa terá as seguintes competências:


- I - Elaborar proposta de Termo de referência do Memorial, especificando sua missão, objetivos e política de aquisição e funcionamento;
- II - Elaborar proposta de Regimento da instituição museológica;
- III - Elaborar projeto para implantação do Memorial.

A conclusão dos trabalhos deverá ser apresentada num prazo de 60 dias, contados a partir da data de publicação dessa portaria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cruz das Almas, 15 de dezembro de 2006.


Paulo Gabriel Soledade Nacif
Reitor

ANEXO F – Termo de criação do MEASB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
GABINETE DO REITOR

Portaria n _____ de _____ de _____.

Dispõe sobre a criação do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia

O MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando a proposta do Grupo de Trabalho, Pesquisa e Extensão do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia instituído pela Portaria nº 237/2006,

RESOLVE:

Art. I – Criar o Memorial do Ensino Agrícola da Bahia – MEAB, com finalidades e missão previstas nesta Portaria.

Parágrafo único – O Memorial do Ensino Agrícola da Bahia pertencente à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado no Campus de Cruz de Almas em duas antigas residências funcionais é uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público.

Art. II – São finalidades do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia:

I – Reunir, identificar, tomar, preservar e expor objetos, documentos e livros que irão compor o acervo do Memorial;

II – Fomentar e desenvolver pesquisa nas áreas afins ao acervo e nas áreas de conhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

III – Empreender e estimular atividades de extensão cultural e educativa direcionadas ao Público Geral.

Art. III – É missão do Memorial do Ensino Agrícola da Bahia atuar na preservação da memória e da história da ciência e tecnologia na Bahia e no Brasil, em concordância com a vocação potencial do acervo.

Art. IV – O MEAB será regulamentado pelo seu Regimento Interno e pelo Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

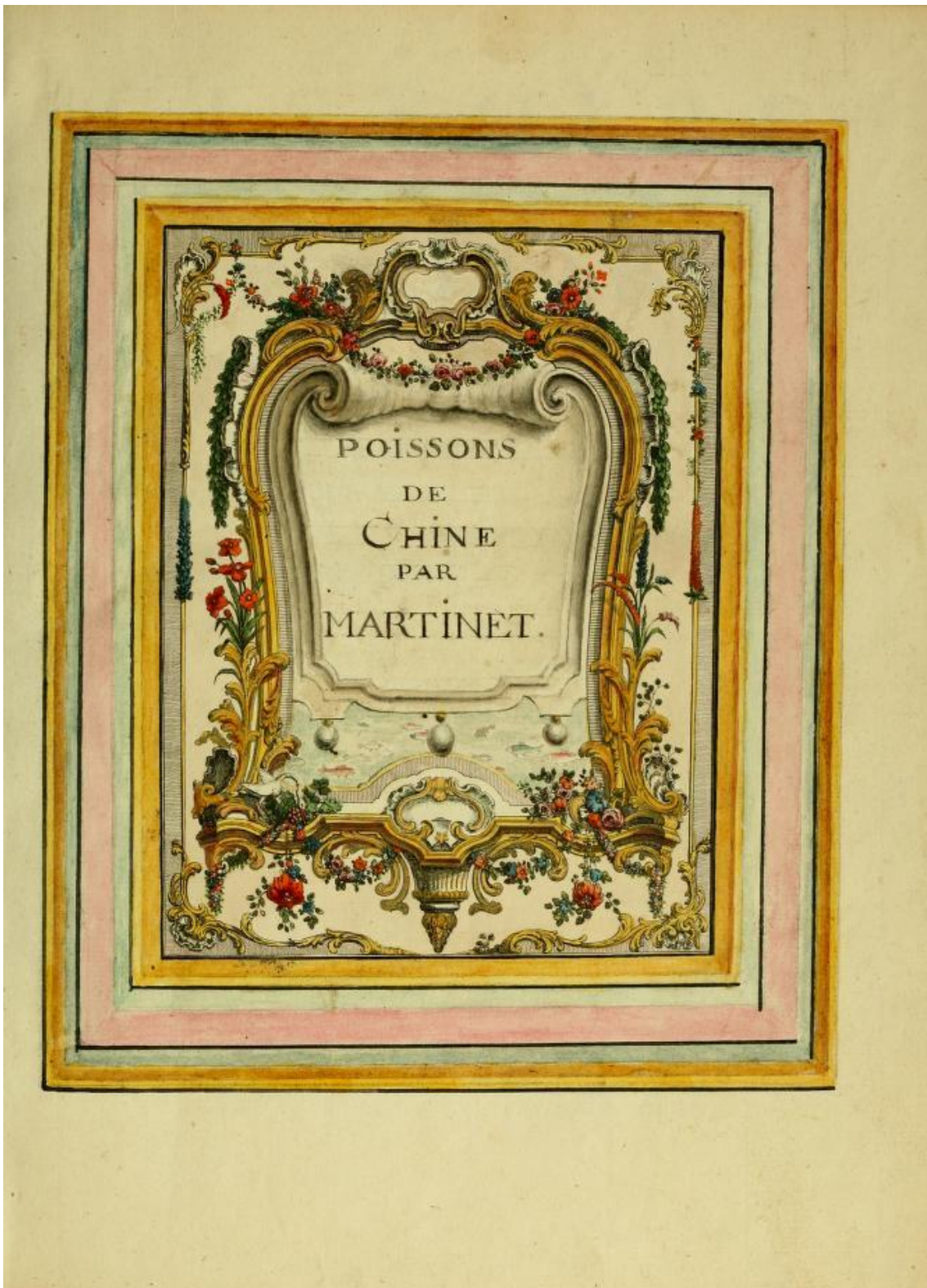
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____, _____ de _____.

Paulo Gabriel Soledade Nacif

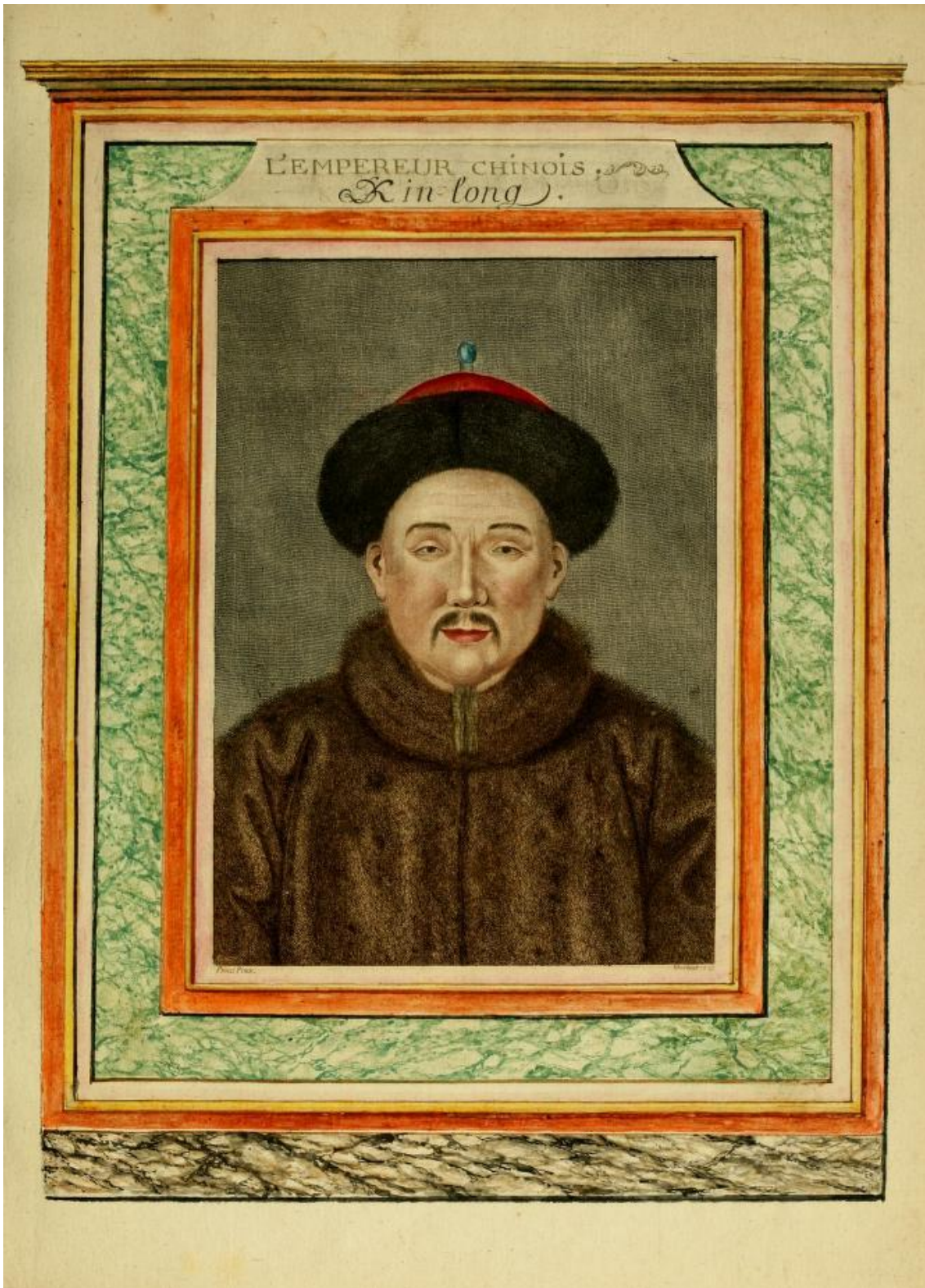
Reitor

ANEXO G – Imagem de moldura com inscrições “Poissons de Chine par Martinet” em obra digitalizada e disponível na internet.



Fonte: <<https://archive.org>> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

ANEXO H – Imagem de retrato do imperador chinês “Kin-long” em obra digitalizada e disponível na internet.



Fonte: <<https://archive.org>> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

ANEXO I – Imagem idêntica à prancha de número 24 furtada no exemplar do MEASB.



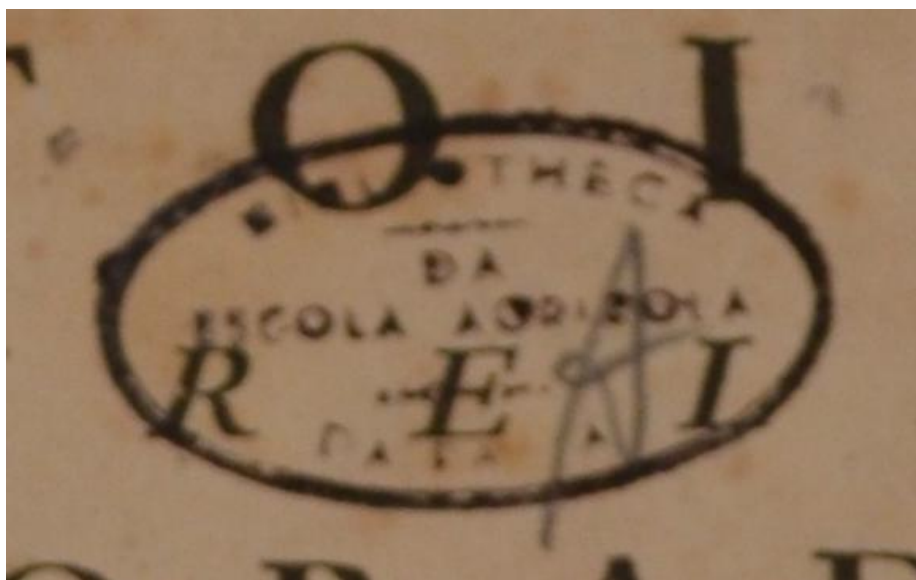
Fonte: <<https://archive.org>> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

ANEXO J – Imagem idêntica à prancha de número 25 furtada no exemplar do MEASB.



Fonte: <<https://archive.org>> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

ANEXO L – Imagens do carimbo da “Bibliotheca da Escola Agrícola da Bahia”.



Fotos: Thaís Vaz, 2014.